

I - Uma luta de resistência

Neide Esterci

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. I – Uma luta de resistência, p. 12-65. ISBN: 978-85-99662-54-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

I

Uma Luta de Resistência

E, então, de dentro do medo tem que vir a coragem... Porque depois de começar aquela explosão, aí volta a coragem, porque é obrigado; porque de lá não tem jeito de correr, então, é enfrentar (Eloy, posseiro).

QUANDO se fala em conflitos de terra ou lutas pela terra para referir-se aos movimentos do campesinato contra a introdução das grandes empresas, na Amazônia, nos últimos decênios, se opta por designações que remetem, sem dúvida, ao item principal das disputas em questão - a terra -. Minimiza-se, no entanto, o fato de ser a terra um espaço diferenciado, passível de ser decomposto em vários segmentos, tanto do ponto de vista da utilização quanto do ponto de vista do significado social ou político representado pelas atividades sociais desenvolvidas sobre cada segmento.

O movimento dos posseiros de Santa Terezinha se desdobrou em confrontos diversos, no tempo e no espaço, conforme estivessem em jogo um caminho cortado por uma cerca da empresa, uma propriedade², uma reserva de mata, uma aguada ou pastagem natural, um espaço urbano concebido para localização de instituições comunitárias. Diferenças também havia com relação à forma de domínio que, sobre cada parcela do espaço, exerciam os membros do grupo: alguns.

Um segundo ponto para o qual gostaria de chamar atenção é que o caso de Santa Terezinha nos coloca frente a um movimento de resistência, diverso de outros movimentos camponeses que têm ocorrido na Amazônia e que devem ser pensados, mais adequadamente, como sendo movimentos de ocupação ou de recuperação de terras, conforme sugere Hobsbawn (Hobsbawn: 1974; páginas 120 a 122). Dizer que o movimento dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência implica, neste sentido, dizer que foi marcado por um caráter essencialmente defensivo, os posseiros se opondo à tomada das terras por eles já ocupadas, e sobre as quais se julgavam com direitos, fosse em função de seus

² Alguns termos aparecerão sempre em itálico, por designarem conceitos cujos conteúdos não estão perfeitamente dados no uso corrente que deles se faz entre nós. Serão tratados como categorias do pensamento do grupo, no sentido proposto por Durkheim (cf. Durkheim, 1968; páginas 23 a 28). As categorias que se referem às relações dos homens com a terra serão objeto do segundo capítulo. Serão aspeadas as palavras e expressões que forem utilizadas no texto de acordo com o uso dos informantes sem, no entanto, estarem sendo tomadas como categorias, no sentido anteriormente proposto mas parcelas eram apropriadas particularmente pelas unidades domésticas, enquanto outras eram percebidas como áreas comuns. As diferenciações do espaço de acordo com a utilização e as formas de domínio estavam referidas, fundamentalmente, às qualidades naturais e aos recursos existentes sobre cada parcela, mas as atividades dos homens sobre esses segmentos também lhes podiam conferir valores especiais, alguns deles, pelo menos, diretamente relacionados ao contexto político da luta.

próprios critérios de acesso à terra, fosse em função da compreensão que tinham, naquele momento, da definição de direitos a partir dos critérios do código oficial.

Outras questões poderiam ser discutidas a partir do caso de Santa Terezinha e se referem, por exemplo, à participação das diversas categorias de atores na cena política do conflito.

Posseiros, por um lado, e representantes da empresa CODEARA, por outro, foram os agentes polares que se defrontaram nesta cena. Entre os posseiros, não estavam todos os moradores nem mesmo todos os pequenos produtores que ocupavam as terras de Santa Terezinha, em termos da relação de posse, tal como definida na legislação brasileira referente à terra: alguns mantiveram-se afastados da luta e outros chegaram a aliar-se à empresa, sendo identificados como seus prepostos; outros foram feitos posseiros sem que pudessem ser incluídos na condição de pequenos produtores. Entre os que participaram da luta, alguns se destacaram como lideranças e sua proeminência esteve ligada a esferas diversas de ação, delineadas no desenvolvimento e organização da resistência: houve líderes militares que se destacaram nas ações de confronto direto, outros que assumiram funções de retaguarda como encarregados de instituições como a Cooperativa de produção e consumo³, outros foram mensageiros, ou ainda, como as mulheres e as crianças, realizaram tarefas de apoio e vigilância.

Entre os aliados, moradores da área urbana do povoado, houve quem assumisse a posição de representante dos posseiros frente à empresa e às autoridades e houve comerciantes que também prestaram seu apoio embora sua posição não representasse o conjunto dessa categoria, nem eles se dispusessem a tornar manifesto seu compromisso.

Mas os aliados mais fortes, que de várias formas expressaram seu comprometimento, e estiveram sob muitos aspectos identificados aos interesses dos posseiros, foram os membros da Missão Religiosa Católica, entre os quais se destacou o padre Francisco Jentel, feito representante da comunidade dos posseiros, ouvido como orientador no encaminhamento das lutas, aglutinador e organizador de espaços institucionais da resistência. Entre os membros da Missão Religiosa houve outros, entretanto, que se dedicaram a funções específicas como professores, enfermeiros, técnicos agrícolas, gerentes e contadores da Cooperativa. Como clérigo, não esteve presente na luta somente o padre Francisco Jentel: os documentos e os relatos dos posseiros se referem também à presença do padre João Chaffarod, vigário do povoado antes de Jentel passar a dividir suas funções entre o trabalho junto aos índios Tapirapé e à população de Santa Terezinha. Já em 1972, com o afastamento de Jentel da área

³ A Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia (CAMIAR) foi criada pelo padre Francisco Dentel em 1965 e será discutida no último capítulo.

e a culminação do conflito, veio a substituí-lo o padre Antônio Canuto, que atuou na fase final de negociações com o Estado e a empresa e nos desdobramentos da luta que se deram a partir de então. Com relação à hierarquia religiosa da Igreja Católica, esteve presente à cena do conflito Dom Tomás Balduino, primeiro como superior de Jentel, enquanto Santa Terezinha esteve subordinada a Conceição do Araguaia, e depois, como bispo de Goiás. Criada a Prelazia de São Félix do Araguaia, Santa Terezinha passou a se subordinar à nova jurisdição, contando com o apoio e a presença do novo bispo D. Pedro Casaldáliga.

Nem todos com a mesma perspectiva quanto ao significado político ou à forma de encaminhar a luta, os membros da equipe religiosa mantiveram todo o tempo esta identidade de compromisso com o objetivo de não admitir que os posseiros fossem expulsos de suas terras.

A empresa, por sua vez, na ausência quase absoluta, a nível local, de seus responsáveis por excelência, proprietários e diretores, esteve basicamente representada pelos gerentes que se sucederam ao longo do conflito. Eles estiveram em contato direto com os posseiros, seus representantes e aliados, no cotidiano da luta. Outros trabalhadores da empresa, como peões, empreiteiros e "jagunços", também jogaram seu papel no conflito, embora, como veremos, papéis diferenciados, nem sempre de fato correspondentes às versões da empresa sobre sua participação e comprometimento.

Finalmente, o Estado se fez presente, às vezes assumindo a nível manifesto a condição de árbitro, embora, também como ficará claro, seus representantes quase sempre fizessem pender a balança da arbitragem para o lado da empresa, sendo exceções aqueles que tiveram uma posição francamente simpática à causa dos posseiros ou mais pautada pelas prescrições legais. O comum foi o destacamento local da força policial do estado de Mato Grosso colocar-se como braço direito da empresa. Vale a pena considerar: os representantes do aparelho de Estado que interferiram no caso não atuaram de modo inteiramente homogêneo e, ao longo do conflito, atitudes diferenciadas fizeram com que algumas vezes a correlação de forças favorecesse a resistência dos pequenos produtores.

Todos estes pontos para os quais chamo atenção em caráter preliminar estarão colocados neste capítulo sob a forma de uma etnografia do conflito, cuja exposição será feita através de uma narrativa organizada, em parte, pela ordem cronológica dos fatos e, em parte, pelas lutas travadas em torno dos diversos segmentos do espaço. As questões que cada um desses pontos suscita serão tratadas, ao longo dos capítulos seguintes, conforme se refiram aos pequenos produtores, aos trabalhadores da empresa, à Igreja ou ao Estado.

1. O povoado

Para acompanhar os eventos da história é preciso dispor de alguns elementos sobre a organização espacial do povoado, fruto da acomodação de seus moradores ao longo dos anos que antecederam a luta.

Ao chegar a Santa Terezinha, os pequenos produtores se localizaram primeiro próximos à margem do rio, fazendo aí suas primeiras casas e primeiros cultivos. À medida que as matas virgens iam sendo esgotadas, os pequenos produtores se expandiam para o interior, procurando as melhores matas e os lugares de maiores recursos naturais (cursos d'água, por exemplo).

No terreno já desbravado, ia crescendo e se organizando a vila, enquanto que para o interior, no sertão, iam sendo construídas outras casas, sítios, roças e áreas de serviço de cada família. Se alguns mantinham casas e quintais na vila, ao mesmo tempo abrindo suas roças no sertão, outros se mudavam inteiramente para o sertão⁴. Um ou outro desses pequenos produtores acontecia de ficar isolado no interior, e mesmo estes, por ocasião do conflito, vieram juntar-se aos núcleos já existentes. Na sua maioria, entretanto, os posseiros já estavam organizados em núcleos de unidades domésticas, concentradas em torno de uma liderança, e ligados entre si por vínculos de compadrio, afinidade e parentesco. A rede de relações, então se constituindo, base de trocas, ajuda mútua, reciprocidade e cooperação no trabalho, tinha fundamento nos vínculos construídos de acordo com regras e critérios culturalmente estabelecidos. Falando desse tempo passado de construção do espaço social, uma velha camponesa dizia por exemplo:

De primeiro nós fazíamos muitos parentes: era afilhado e madrinha, irmão e irmã, compadre... Dava aquela volta na fogueira de mão dada e repetia aqueles versos. Os dias eram de São João e de São Pedro; era uma brincadeira, mas valia porque tinha aquela consideração como um parente mesmo, não podia brigar (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha).

Alguns núcleos eram muito referidos no contexto do conflito, indicação de sua importância; costumavam ser designados, espacial e socialmente, pelo nome do chefe de família da unidade doméstica em torno da qual se concentravam as demais unidades: falava-se "no Antônio Grosso", "no Joaquim da Mata", "no João Nunes", como sinônimos de pontos de concentração de posseiros. A atribuição de maior ou menor importância a este ou àquele núcleo se fazia em função da capacidade de resistência contra as ameaças representadas pela empresa, o que tinha a ver com a disposição subjetiva dos membros do núcleo, mas também com as condições objetivas tais como recursos e peso numérico dos homens adultos passíveis

⁴ Autores brasileiros registram dicotomias semelhantes encontradas em outras áreas de ocupação camponesa na Amazônia. Sobre a decomposição dessas categorias nos elementos da percepção do grupo ver Velho, 1976; páginas 203 e 204.

de serem recrutados para a luta.

Ao nível da produção e da cooperação no trabalho, podia-se observar a existência, por exemplo, de uma só casa de farinha, propriedade do chefe de família mais antigo, de mais prestígio e recursos. Ali se processava a transformação da mandioca das demais unidades domésticas, com ou sem alguma forma de retribuição, de acordo com os vínculos existentes entre proprietário e usuário. Também se podia observar cooperação em termos de mutirão e troca de dia no exercício de determinadas tarefas.

Todos os núcleos convergiam do sertão para a vila através de estradas ou caminhos, em sendo construídos no ir e vir dos moradores.

Entre a vila e o sertão, que iam se espraiando, um no terreno desbravado e deixado para trás, outro na mata virgem, ficou uma área de utilização comunal, quer por suas características naturais, quer pela organização imprimida ao espaço pelos pequenos produtores. Destacava-se pela existência de uma aguada, um cerrado e uma mata de coqueiros. A mata de coqueiros era uma reserva de palha para a cobertura das casas, além de outros recursos tais como frutos silvestres e bens medicinais. A aguada e o cerrado conjugados representavam um valor inestimável na medida em que serviam de refúgio para o gado. Este, na época das chuvas, tinha de ser recolhido dos varjões alagados para o cerrado, mata rala, em terra alta, protegida das cheias e pródiga em ração. Nenhum desses recursos era apropriado particularmente: cerrado e aguada, pelo tipo de tecnologia usada, não interessavam ao cultivo, e como pastagem estavam vedados ao monopólio dos criadores. De fato, se quase todos tinham algumas cabeças de gado para tração, abastecimento de leite, ou para serem vendidas como fonte de recurso em tempo de precisão, havia os moradores com rebanho maior, os criadores, mas estes mantinham o grosso de sua criação fora do povoado, em geral na Ilha do Bananal, à margem oposta do rio. O arranjo faz sentido em termos da diferenciação interna do grupo, já que "criar na Ilha" implicava no pagamento de taxas por cabeça de gado, impostos devidos aos órgãos estatais encarregados das reservas indígenas e do parque florestal. Além disso, como as condições de morada na Ilha eram ruins, devido às cheias e à inviabilidade de cultivo, quem tinha gado na Ilha, tinha casa, roça e sítio do lado de Mato Grosso, onde ficava Santa Terezinha, e se obrigava a manter vaqueiros para cuidar do rebanho no interior da Ilha. Muitos desses vaqueiros eram homens solteiros ou mesmo casados que, remunerados à base do sistema de "sorte"⁵, tinham nesta ocupação uma forma de obter a chamada "semente de gado", com a qual se deslocavam, então, para Mato Grosso para montar

⁵ Trata-se de uma forma de remuneração pela qual o vaqueiro é compensado pela partilha da cria anual do gado cabendo-lhe, conforme o contrato, um em cada três ou quatro bezerros. Esta forma, muito generalizada em determinados momentos, tende a ser liquidada com a modernização da atividade pecuária.

sua própria unidade.

Pode-se, pois, visualizar a disposição de Santa Terezinha da forma seguinte: a vila localizada nas imediações do rio, com as casas dos moradores - tendo ao fundo pequenos quintais de criação doméstica e fruteiras -, as casas comerciais, a escola, os templos, etc.; depois, a área de criação comum (aguada e cerrado) e extração da palha (mata de coqueiros); em seguida, a mata ou sertão, onde se dispunham os principais núcleos de posseiros (na linha de frente, de um lado "o João Nunes", de outro o "Antônio Grosso" e "o Papa-Mel", no centro; em linha reta, para quem chegava da vila, como se fosse a porta de entrada para o sertão, "o Joaquim da Mata".

Vejamos, pois, como se deram as lutas entre os posseiros de Santa Terezinha e a empresa CODEARA em torno da apropriação dos diferentes espaços do povoado. Estas lutas abarcam o período que vai de 1967 a 1972 e os acontecimentos aqui relacionados se deram, grosso modo, de acordo com a seguinte ordem cronológica: as lutas contra o fechamento dos caminhos, pela manutenção da propriedade e pela preservação da mata, ocorreram logo no primeiro ano do conflito, em 1967; a iniciativa de opor uma resistência à expropriação da aguada foi tomada em 1968, num período de conjuntura favorável, quando os direitos à propriedade e ao uso da mata estiveram, momentaneamente, resguardados; já a luta pelo espaço urbano, que começou a ser ameaçado pela empresa em 1969, só se expressou de forma coletiva, em 1972, através do episódio que ficou conhecido como a "briga do ambulatório", constituindo-se o ponto alto do conflito, provocando a interferência decisiva do Estado e desencadeando a ação repressiva de maior vulto contra os moradores do povoado.

2. As cercas da empresa e a luta pela abertura dos caminhos

As cercas usadas pelos posseiros, antes do advento da ordem que a CODEARA representava, tinham a finalidade de proteger as lavouras contra a invasão do gado criado solto - eram cercas em

Em torno de áreas cultivadas, não eram cercas que servissem de limites entre propriedades. Esta era, no entanto, a finalidade principal das cercas com as quais a empresa começou a recortar as terras do povoado, logo no início de suas atividades e, como as terras haviam sido adquiridas sobre o mapa, sem levar em consideração a organização espacial já existente, seus limites cortavam caminhos, separavam espaços que antes eram contínuos, obrigavam os moradores a percursos mais longos, dificultando o tráfego das pessoas e o transporte de cargas. A primeira reação dos posseiros, em 1967, foi contra a cerca construída em torno da área que seria a sede da empresa o local escolhido para a sede ficava, exatamente, entre a vila e o sertão onde antes havia apenas as propriedades de dois antigos moradores que

concordaram em ser desapropriados⁶ - todo o resto dessa área era constituído da aguada, do cerrado e da mata de coqueiros, anteriormente referida. A cerca em torno da sede obstruía, pois, o tráfego entre a vila e o sertão:

Pois é, eles cercaram as estradas. Ficou do ponto que nem ninguém podia passar aqui para a vila e nem podia passar para lá, para o sertão (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Os posseiros se indignaram, mas começaram a contornar a cerca, obrigando-se a um percurso maior, até que alguém resolveu assumir o enfrentamento, cortando a cerca no ponto de passagem:

Foi indo até que um dia, até vir um que cortou o arame, lá na estrada (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A empresa desencadeou uma onda de perseguição e ameaças sobre os moradores visando descobrir o autor da iniciativa, porém, mais do que isso, de acordo com a percepção dos posseiros, como um pretexto para desestimular sua permanência na área:

E aí eles só queriam achar um jeitinho que era para eles abusarem. Então eles pegaram o caminhonete, botaram a polícia dentro e saíam nesse sertão todinho, de casa em casa, querendo pegar esses moradores. Disseram que iam pegar todo mundo e bater, porque não sabia quem é que tinha cortado o arame (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Acontece que aquele que cortara a cerca não estava em disputa por terra com a empresa de Santa Terezinha, pois já tinha sua posse garantida através de acordo com outra empresa vizinha, a TAPIRAGUAIA, que o alocara no limite de suas terras com a CODEARA, próximo aos moradores do sertão de Santa Terezinha, cuja vila era o único ponto urbano de referência próxima para todos os núcleos de moradores de uma extensa região, nem todos atingidos pelas pretensões da mesma empresa. Foi o corte desta cerca que o atraiu para a luta ao lado dos posseiros, na verdade, o tornou um deles, dando início à trajetória de uma grande liderança do movimento:

Mas sempre o povo falava, e ele não tinha medo não. Ele confiava em alguma coisa, e ele não temia, não tinha medo. Era dos homens de mais coragem mesmo, de mais fé, que a gente tinha aqui, era ele. Ele não esmorecia ninguém, ele dava coragem a todo mundo (Eloy, posseiro).

No desenrolar do conflito, outras cercas foram colocadas pela empresa e muitas foram sendo cortadas:

⁶ Um desses moradores era funcionário da empresa que transferiu seus direitos à CODEARA. Além de vender sua posse à nova empresa tornou-se um dos encarregados de fiscalizar a área contra a ocupação das terras. Tornou-se também proprietário do primeiro hotel do povoado, no qual se hospedava a força policial local e homens da empresa. O outro morador era filho de família de pequenos produtores e tornou-se empreiteiro da empresa. Apesar de ter sido considerado posseiro nos termos da lei e como tal beneficiado com um lote de terra na época da demarcação, os posseiros recusavam-lhe este título e preferiam referir-se a ele como peão ou

De outra vez, botaram uma cerca cercando as roças dos posseiros, tapando a estrada. O fulano deu um alicate para ele cortar, ele cortou. No outro dia, a Companhia levantou a cerca; veio outro e cortou, e ela não sabia quem continuava a cortar. Mas um posseiro bate-pau⁷ falou ... porque pouca gente sabia. Aí a Companhia veio em cima dele: '- Quem é que está cortando o arame?' '- Não sei'. '- Sabe'. '- Está bem, se a companhia quer saber, que bote um fiscal para tomar conta que eu não sou fiscal de cerca'. Aí prenderam de novo, mas não bateram (Auderina, posseira).

Muitas cercas, no entanto, ficaram, e mesmo depois de solucionadas várias disputas com a empresa, os moradores ainda reclamavam da obstrução de suas antigas estradas. Muitas vezes eram viúvas já idosas que dependiam dos produtos da roça de seus genros ou filhos para se manterem, outras vezes era a própria família que se dividia, especialmente, entre os cuidados com os filhos na vila para freqüentar a escola, e o trabalho na roça para produção de víveres:

- Olha, nós éramos acostumados a caminhar por uma estrada que tinha ali, olha. Eles taparam a estrada... caminhava mais direto ... Eles taparam essa estrada aí. (Antes) nós

saíamos lá da ru ... tinha relógio, nós chegávamos lá em casa com uma hora e quinze minutos.

Você vai muitas vezes lá?

É muitas vezes. Tem vez que eu vou toda semana, é muito difícil passar uma semana para eu não ir, porque é onde a gente tem a comestiva, é lá, não é?! O mantimento todo está lá. Agora, eu não estou, por exemplo, para ocupar um cavalo, com os meninos lá, todos trabalhando. Eu não vou abusar eles para dizer: 'Meu filho, pega um cavalo vai me deixar a carga. Não! Às vezes, eu vou lá porque quero, tenho precisão de ir, eu vou. Faço uma trouxona, oh, boto aqui e dobro para trás, sozinha (Rita, viúva de Joaquim da Mata. Nesta ocasião, morava na vila com sua filha solteira e um filho, tocador e cantador de festas, que consertava instrumentos musicais; outros filhos eram casados e moravam no sertão).

Outras vezes, a cerca posta pela empresa separava as próprias áreas de trabalho dos posseiros, cortando as trilhas de acesso entre os sítios e capoeiras, por exemplo, e as roças novas. Acontecia de assim estarem organizadas espacialmente as atividades dos posseiros devido à inexistência de terreno fértil para as novas plantações, nas áreas contíguas às plantações mais antigas; mas também houve casos de posseiros que, durante o conflito, concordaram em se transferir de um lugar que já ocupavam para um ponto de maior concentração para facilitar a demarcação dos lotes, em função da presença da empresa. A precipitação da empresa em se apossar dessas áreas através da construção de cercas como limites de propriedade eram, então, um novo foco de disputas:

_ ... justamente é uma estrada antiga, que justamente meu sítio está ligado ... na roça que já está no terreno novo ... mas justamente eram as minhas capoeiras, são os meus direitos mesmo. Então, tem a estrada de caminhar

"jagunço".

⁷ "Bate-pau" é uma expressão empregada para designar os olheiros da polícia.

para a outra roça, agora essa outra estrada que ele está falando fica mais ou menos um quilômetro acima ... e foi combinado que eles não fariam passar a cerca antes de ser resolvido o problema. Agora, acontece que eles passaram a cerca na divisa, agora... com carga, com carro de boi tem que viajar quase um quilômetro acima.. (Conceição, morador de Santa Terezinha).

A resistência dos posseiros às cercas se fazia também em função do fato de muitas vezes eles serem obrigados a cruzar as áreas já postas sob o domínio da empresa: era como cruzar o território inimigo. Quando antes seguiam pelos caminhos costumeiros, faziam pequenas paradas nas casas dos outros moradores, ao longo do trajeto: traziam recados, tomavam água ou café, descansavam. Entretanto, quando a empresa construiu a sede entre a vila e o sertão, quantas vezes eu os vi resistirem a tomar um copo d'água na casa de um empregado da empresa. Outras vezes, as próprias dificuldades impostas ao livre trânsito pelo tipo de controle e de utilização da área por parte da empresa os indignava:

era para eu ir com os meninos lá para o Furo de Pedras; lá tinha família nossa. Era um burro e um cavalo bravo, que não aceitava garupa. No cavalo ia eu com o menino pequeno no colo, no burro iam os outros dois meninos, com medo. Os meninos ouviam contar as coisas e tinham medo, não queriam ir. E tudo alagado, cheio de colchete que a Companhia tinha colocado. Os meninos ouviam dizer que nos colchetes estava cheio de soldados; chegava nos colchetes o menino maior tinha que apiar do burro para abrir, e tinha medo por causa da água também. - 'Apia, tem que apiar'. O burro não queria andar. Enganchei a rédea dele no cavalo... Teve uma hora que os arreios viraram em cima do cavalo e quase caí com a pequena dentro d'água ... morria tudo! (Auderina, posseira).

O relato se refere a um momento crítico do conflito e indica o uso do controle sobre os caminhos por parte da empresa no desenrolar da própria luta, mas, na vida cotidiana, o simples uso de uma área de passagem, como foi dito, podia causar transtornos:

- Esta cerca da companhia, toda em volta de nós, quer dizer que nós estamos dentro de um círculo. Esta área cheia de gado, como é que nós vimos cá? ... Temos criança, temos mulher, temos tudo, então ficamos para lá, dentro do círculo (...) (Conceição, morador de Santa Terezinha).

Por se tratar da área situada entre o sertão e a vila, o que o autor do depoimento sugeria era que esta área, a primeira a ser ocupada pela empresa, fosse devolvida ao domínio público:

Bem, eu vivo pensando, eu sou pensado, eu penso assim: que se, por exemplo... ficasse pelo menos este lado aberto, vago, para o pessoal transar de lá para cá sem ser dentro do círculo de gado da Companhia... Porque na minha opinião, trata de reconhecer os direitos uns dos outros, era pelo menos esta parte de baixo ficar emendada de lá para aqui, para o pessoal passar sem ter epidemia nenhuma (Conceição, morador de Santa Terezinha).

Esta reivindicação sobre a área entre a vila e o sertão foi sustentada pelos posseiros até o final, quando o Estado veio arbitrar o conflito. No dia 14 de junho de 1972, as autoridades

civis e militares que assumiram o controle do povoado, depois da "briga do ambulatório", convocaram para uma reunião todos os seus moradores, além de um representante dos posseiros, um representante da Missão Religiosa e um representante da empresa. Os encaminhamentos e discussões havidos durante a reunião são ilustrativos, sob vários aspectos, principalmente, no que se refere ao confronto Igreja-Estado. Aqui interessa tomá-los no que diz respeito à solução dada à disputa em torno da ligação entre a vila e o sertão.

O representante dos posseiros era, na verdade, um pequeno produtor, antigo morador do povoado, que nunca se dispôs a tomar partido no conflito. Foi chamado pelas autoridades para representar os posseiros na reunião, porque era dos poucos homens adultos que não sentiram necessidade de se refugiar nas matas e porque foi julgado de confiança dessas mesmas autoridades por suas posições menos comprometidas. Entretanto, ele colocou logo em questão o domínio sobre a área entre a vila e o sertão, defendendo que ela fosse deixada livre. São dele aliás as últimas formulações a esse respeito, anteriormente, citadas. No decorrer da reunião, sua intervenção irritou o gerente, representante da empresa, porque os caminhos camponeses eram trilhas que partiam de diversos pontos em várias direções moldados pelas relações entre roça e capoeira, entre cada roça e a vila, entre um vizinho e outro. As estradas da empresa obedeciam a uma racionalidade diversa e não se coadunavam com a ótica do representante dos posseiros:

Silveira (gerente): - Agora, já existe aqui Dr. Peixoto, (procurador-geral do INCRA), eu quero lhe informar que a Companhia já fez e mantém uma estrada cascalhada de 20 metros que permite a passagem livre dos posseiros. Duas estradas, uma aqui por baixo, e a outra cá por cima. Está certo isto Conceição?

Conceição (representante dos posseiros): - Está certo, mas aquela estrada ali fica muito dependida, porque agora mesmo, a minha roça, porque a minha roça era ligada....

Silveira: - Mas eu não posso cortar a área toda de estrada! (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Na verdade, a vila e o sertão eram "emendados" e a empresa ao se apossar da área intermediária, comunal e livre, rompia a continuidade existente, que os posseiros tentaram todo tempo, e sem sucesso, recuperar. A solução foi mesmo a estrada como via pública cortando as terras que ficaram como propriedade da empresa:

Dr. Peixoto (Procurador-Geral do INCRA):⁸ - Estou vendo que toda a divergência vai se resumir na ligação ou não das duas áreas. Agora o poder público, evidentemente, tem condição de resolver com arbítrio de autoridade. Mas se nós pudéssemos admitir a viabilidade desta interligação, claro que sairíamos daqui mais tranqüilos.

- Silveira: - Perfeitamente. Oitenta por cento deste acesso já está pronto, e eu me comprometo a aprontar daqui a dez dias.

⁸ Instituto de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970, que substituiu o INDA e o IBRA

- Dr. Peixoto: - Sim, mas eu digo um acesso bom, um acesso franco, um acesso sem possibilidade de cerca nem de barreira... ao invés de uma estrada aberta, um corredor, cercado de ambos os lados... para que os posseiros não tenham que atravessar porteira da CODEARA, não tenham que atravessar a cancela da CODEARA, não tenham que atravessar pasto da CODEARA, é razoável. (...) É uma rua, é uma servidão de passagem que é muito comum em qualquer propriedade (...) (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Quando o representante do INCRA se referia a "acesso franco", "sem possibilidade de barreira", ele estava, sem dúvida, referindo-se a fatos acontecidos durante o conflito, quando em ocasiões de maior tensão e disputa a empresa lançava mão do expediente de obstruir os caminhos, colocando cancelas e homens armados para controlar o trânsito das pessoas. Entretanto, ele se referia também ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970, que substituiu o INDA e o IBRA. A uma experiência muito mais próxima que sabia ser um ponto de honra tanto para os próprios posseiros quanto para os membros da Missão Religiosa.

De fato, logo depois da "briga do ambulatório", em março de 72, foi colocada uma guarita com homens armados no limite das terras da empresa com a área da vila, de modo que todo morador que quisesse sair em direção às roças teria que submeter-se à revista e à apresentação de documentos para ter acesso à estrada que ia dar no sertão e que passava por dentro da sede da empresa. Era tempo de colheita - abril, maio, junho - os homens de cada casa estavam refugiados na mata, e era preciso colher o arroz que, passado o tempo de colher, se perde, levar recados, fazer visitas, incutir ânimo e confiança aos homens escondidos. O trator da equipe missionária transportava gente para colher arroz, mulheres para visitar seus maridos, padres e leigos que levavam apoio às famílias do sertão. Foi o tempo da empresa usar seu poder para controlar e, muitas vezes, proibir o trânsito que se fazia, necessariamente, por dentro das terras já apossadas por ela. Por isso, quando o representante do INCRA na reunião de 14 de junho encontrou uma solução alternativa à preservação da área livre entre a vila e o sertão, o padre levantou de novo a questão do controle sobre a estrada:

Padre Canuto: - Com relação à estrada, existe mais um pequeno detalhe. Esta estrada aqui era a primeira passagem dos posseiros que estavam localizados aqui e que passa bem dentro da sede da CODEARA. Essa passagem aqui, eu pessoalmente, com mais de 20 pessoas, na carreta do trator, nós fomos impedidos de cruzar, porque se diz que agora isto é passagem particular e não pode passar mais.

Silveira: - Dr. Peixoto, eu explico. Dr. Peixoto, esta passagem aqui ela está exatamente dentro da área da sede da Companhia e não há motivo nenhum para que o pessoal passe por ela... a não ser que seja um capricho.

Dr. Peixoto: - Eu vou explicar ao padre em termos concretos. (...) eles não podem impedir, a não ser que tenham ameaça ou violência. Eu faço uma pergunta: alguma vez algum posseiro pretendeu passar por aqui sozinho, não com uma carreta com um de vocês e foi obstado a passar?

Silveira: - Depois do tiroteio é que nós tomamos esta decisão.

Dr. Peixoto: - Não, não, antes dessa atitude de violência?

Silveira: - Antes era livre, inteiramente livre.

Dr. Peixoto: - Entendeu? Agora, a carreta com o padre Jentel ou com o padre Canuto com 20 posseiros... (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Enquanto o passar livremente por dentro das terras da empresa, para ter acesso aos homens escondidos na mata ou mesmo para de fato colher o arroz, era, para os posseiros e seus aliados, uma forma de desafiar o poder do adversário (o que tinha um valor simbólico na manutenção do ânimo em condições adversas), o ter de se submeter à revista e à apresentação de documentos numa cancela sob guarda de homens armados, para chegar às roças, era uma humilhação que os familiares dos homens escondidos na mata tinham dificuldade de aceitar. Ao interpretar a obstrução da empresa como uma atitude de autodefesa da empresa, o representante do Estado validava a noção de que "20 posseiros" (que o padre dizia que eram "uma criançada") e um padre compunham uma força suspeita de atos de violência.

Passados mais de dez anos desde a disputa em torno das terras de Santa Terezinha ter sido dada como encerrada, as cercas, cancelas e guaritas postas sobre os caminhos continuam sendo objeto de indignação por parte dos posseiros. Nelas vêem a representação da dominação da empresa:

Continua do mesmo jeito. Vocês não vê quando a gente vem por aí, pela estrada que vem de São Félix para cá, entrando cancela e mais cancela, até chegar aqui? Pois é, só aí você vê, você assunta como é que é. É a dominação da fazenda, está dominando, tem guarita para todo lado (José Carlos, posseiro, 1983).

Voltarei à questão da passagem do trator pela estrada da Companhia por ocasião da "briga do ambulatório". Aqui encerro a exposição das disputas em torno das estradas e caminhos lembrando que não só os posseiros têm dificuldade em se utilizar dos caminhos construídos pela empresa (não lhes servindo do mesmo modo que suas próprias estradas lhes serviam), como também têm que se defrontar com o fato de seus caminhos serem usados por pessoas estranhas. Estes circulam pela área e não têm a noção ou não se sentem no compromisso de respeitar as regras de convivência do povoado. Por exemplo: motoristas, peões, empreiteiros e fiscais passam pelos caminhos, tradicionalmente utilizados pelos posseiros e que cortam suas propriedades, mais ou menos próximos de suas casas, roças e sítios. Ora, passar por caminhos dentro das propriedades supõe regras com relação às plantações, às grotas de água, ao acesso à casa, à família e aos espaços em torno da casa. Os posseiros estão seguros a respeito dos moradores e vizinhos, mas se sentem ameaçados quando se trata de desconhecidos. Há frutas que se podem pegar e outras que não se podem; há formas de usar as grotas e de se aproximar de uma casa, reconhecendo, pelo movimento,

quem está em casa, se o chefe da família está presente ou não.

3. O tempo das derrubadas e a presença dos peões

O ciclo de atividades agrícolas dos pequenos produtores de Santa Terezinha começa no mês de maio, quando, terminadas as colheitas da safra anterior, é tempo de se iniciar a preparação do terreno para as roças novas. O "roço" ou a "broca" (corte dos arbustos finos) das capoeiras pode ser feita em prazos menos demarcados, mas a derrubada da mata virgem deve ser realizada impreterivelmente até o mês de julho, porque em setembro começam a cair as primeiras chuvas e agosto é um mês cheio de prescrições com relação ao corte de árvores:

- O mês próprio é junho, julho ... O mês de agosto não é próprio não, não é bom. É abuso do pessoal.

- Mas, o mês de agosto, o que tem esse mês que faz acontecer essas coisas?

- É porque o mês de agosto sempre todo é feriado. Olha, a primeira segunda-feira de agosto é feriado ... para brocar uma roça não é muito perigoso, mas uma derrubada é perigoso, não é bom não. Outra: dia quatro é dia de São Domingos, já é feriado, não é bom; no dia seis é dia de Bom Jesus da Lapa, no dia dez é São Lourenço, dia quinze é Senhor do Bonfim ... e aí vem vindo, tudo feriado.

- E nesses dias, então, vocês não trabalham de derrubada? - Não, não trabalha de derrubada (Papa-Mel, posseiro).

Para os pequenos produtores, de acordo com esse calendário de santos, a ruptura das prescrições com relação à derrubada nos feriados pode causar acidentes graves, mas de acordo também com suas técnicas de produção, *strictu sensu*, entre o fim da derrubada e a queimada, fase seguinte de preparação do terreno, deve passar-se um mês, para que os paus sequem o suficiente e a roça queime direito. Ora, as datas julgadas ideais para botar fogo nas derrubadas são os dias vinte e sete de agosto e sete de setembro. Naturalmente, essas datas podem ser expressão de uma lógica cabalística, mas também correspondem a variações climáticas que interferem diretamente na atividade produtiva - no final de setembro começam as chuvas; se o produtor não tiver preparado o seu terreno em tempo hábil, corre o risco de não queimar bem a sua roça, prejudicando a colheita da próxima safra.

Portanto, logo no primeiro ano de atividades da CODEARA, em 1967, em Santa Terezinha, chegou o tempo das derrubadas, a tensão começou a crescer: a empresa queria derrubar grandes extensões de mata para formação de pastagens e afirmação de seus direitos sobre as áreas pretendidas, e os posseiros queriam dar início às atividades do novo ciclo agrícola, abrindo clareiras na mata para realização das roças novas que os proveriam de víveres para o ano seguinte. Era o tempo, portanto, de um barrar o avanço do outro sobre as áreas de sua pretensão e avançar o mais que pudesse com suas próprias benfeitorias. Como as objeções mútuas atingissem diretamente a atividade produtiva e ameaçassem os direitos pleiteados, fortes reações se anunciavam de ambos os lados. De fato, foi uma fase de

recrudescimento dos confrontos a nível local e de tentativas de sensibilização dos órgãos governamentais visando os representantes de cada uma das partes garantir o respaldo do poder público para contenção do adversário. Neste sentido, o padre Francisco Jentel se dirigia às autoridades, denunciando a nova prática de intimidação da empresa sobre os posseiros, visando afastá-los da área:

A CODEARA, (...) já fez declaração de que reconhece o direito dos posseiros, mas está agindo no sentido contrário. Está fazendo derrubada, respeitando os terrenos dos posseiros, porém avisou que vai tocar fogo na derrubada, o que na prática, obrigará os posseiros a se retirar (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

A empresa, por sua vez, denunciava a reação dos posseiros, mas tratava de descaracterizá-la, dizendo-a "instigada" e ilegitimando os líderes do movimento, na medida em que sugeria não serem eles produtores rurais:

Agora na fase de derrubadas de mata para formação de pastagens, iniciou-se forte reação dos posseiros contra essa atividade instigada por um indivíduo de nome Eloy Reis, posseiro urbano que explora um botequim em Santa Terezinha (Relatório dos representantes da empresa ao SNI, 4 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Na verdade, Eloy Reis era um antigo morador de Santa Terezinha, membro de uma extensa família de pequenos produtores e que conjugava o trabalho na roça com um pequeno comércio na vila, posto aos cuidados de sua mulher.

Ambos os textos, no entanto, indicam que a reação às derrubadas da empresa eram ações coletivas, diversas das iniciativas individuais características das ações contra o fechamento dos caminhos: embora a coletividade assumisse a atitude cúmplice de encobrir a identidade do autor, a iniciativa era isolada. Diante da ação coletiva, a empresa percebia que, com suas próprias forças de repressão, seria difícil eliminar a resistência dos posseiros e passava a apelar para o aparelho policial do Estado:

Existe, em Santa Terezinha, um Destacamento Policial composto de um cabo e de um soldado que se julgam impotentes contra a reação dos posseiros que visam impedir os trabalhos nas terras de propriedade da Empresa... (Relatório dos representantes da empresa ao SNI, 4 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, não querendo enfatizar a oposição que lhe faziam os antigos moradores, procurava justificar o pedido de reforço policial, apelando para a "necessidade de manutenção da ordem", supostamente ameaçada. Este foi o momento em que os representantes da empresa procuraram somar aos "intuitos de subversão da ordem", a noção de que a presença dos trabalhadores que viriam realizar as derrubadas, os peões, representava um novo fator de acirramento dos ânimos, tornando o clima propício a

violências incontroláveis - a velha versão de que a infiltração ideológica entre as "massas incultas" é que produz as rebeliões populares:

Há 15 dias, o Sr. Governador do Estado (...) recebeu a solicitação no sentido de ser reforçado o destacamento policial de Santa Terezinha, menos pelo que pudessem fazer os posseiros, pois não há indício de tal reação, do que pela necessidade de manutenção da ordem no momento em que chegarão de fora da região, cerca da região, cerca de 400 homens para os serviços em vista. É justificável o receio de maiores complicações e desencadeamento de violência em face da evidência de intuítos de subversão da ordem e infiltração ideológica espúria entre pessoas incultas, incapazes de discernimento (Relatório dos representantes da empresa ao SNI, 4 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Como mediador dos posseiros, o padre também se dirigia às autoridades denunciando jogar a empresa com a chegada dos trabalhadores para amedrontar os posseiros:

Enquanto isto, (a empresa) procura ganhar tempo e já trouxe 150 peões que estão acampados às margens do Araguaia para fazer número e amedrontar a população. Há mais 250 homens em Miracema, aguardando transporte para Santa Terezinha (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Denunciando a tentativa de instrumentalização dos trabalhadores trazidos para executar as tarefas de derrubada, o padre argumentava, no entanto, que o fator de maior tensão residia no fato de a empresa ter escolhido para realizar os primeiros desmatamentos justamente a área de maior concentração de posseiros. De fato, as terras pleiteadas pela CODEARA tinham 180 km de fundo por 30 km de frente, às margens do rio Araguaia; os núcleos mais importantes de posseiros ficavam no máximo até 6 km da margem do rio e, entre os dezoito lotes já então demarcados pela empresa para serem desmatados, ela escolhera aqueles nos quais se encontrava maior número de posseiros.

A tática da empresa de referir-se aos peões como um instrumento de intimidação dos pequenos produtores se expressava de forma menos sutil, a nível local, no debate travado, por exemplo, entre um posseiro e uma outra figura muito destacada nos confrontos diretos, como preposto da empresa, o gerente:

Promessa que tem aqui é para roçar tudinho, indenizar, e o posseiro que diz que não sai por bem, mas sai na fumaça do fogo. Que eles tocam fogo aí, queimam com tudo, com criança, com tudo:

- O Cícero, você também é posseiro? - Sou sim senhor.

- Você mora onde? - Moro bem aqui.

- Eu, numa fazenda de São Paulo, fazenda do meu pai, não é, posseiro que não queria sair, eu fiz lá um adjunto, teve vez de nós matarmos para mais de quarenta posseiros.

Rubião falando para mim, não é, que tinha costume de matar de quarenta posseiros e apanhar as filhas moças, mais assim aquelas mulheres novas para servir de cozinheiras para os peões dele, não é. E aquela criança, aquela molecada mais menor, que não servia nem para puxar água, então jogar dentro das grunhas de serra. ...

- Eu fiz e provo, e se vocês não desocuparem a terra, eu vou fazer aqui.

- Pois é, sr. Rubião... pelo menos enquanto eu existir vivo, acho que não tem uma fera para pegar um filho meu, eu olhando, para levar para uma grunha de serra, ou minha mulher, minha filha, para largar num barracão de peão. Eu olhando, eu vivo, não.

E aí ele juntou esta turma, estava esperando esta turma chegar de Araguaia; já tinha chegado uma turma, não é, então juntou a outra turma. Diz que ia dar a cada um 38, para o posseiro que chegasse no serviço eles matarem..., os outros peões matarem que tinha um ordenado bom, não é" (Cícero, posseiro; reprodução do diálogo travado entre ele e Rubião, gerente da empresa, na época das derrubadas de 1967).

Muitos detalhes dessas formulações acerca do possível confronto peões e posseiros são indicativos da percepção que foi sendo construída sobre estes dois personagens: o posseiro como membro e guardião, responsável por uma casa e por uma família ameaçadas pelos peões, estes, como homens desconhecidos e sem escrúpulos, vivendo em barracões, capazes de pegar em armas para matar a soldo da empresa e de se apoderar das mulheres e filhas dos posseiros. Veremos, mais adiante, como se articulam estas noções, e como elas entram em conjunção com o processo de recrutamento de trabalhadores utilizado pela empresa; ao mesmo tempo veremos que estas noções entram em contradição com a forma pela qual os trabalhadores, assim referidos, realmente, se comportavam e se relacionavam com as famílias de posseiros e com suas próprias famílias de origem; finalmente, veremos como eles rearranjavam suas relações familiares dentro das condições que lhes eram impostas pelo processo de recrutamento e pelas condições de trabalho.

Aliás, os próprios posseiros relativizavam a ameaça sugerida pelo gerente, preposto da empresa, porque reconheciam naqueles trabalhadores membros de famílias camponesas, circunstancialmente colocados na condição de trabalharem para outros, capazes, portanto, de compreender-lhes o argumento. A própria experiência de vida dos posseiros de Santa Terezinha, esta circunstância de estarem afastados temporariamente da família, trabalhando em troca de salário, não era coisa estranha. O próprio posseiro cujo depoimento se segue já havia sido peão da empresa SUIÁ-MISSÚ, a primeira que se instalara na Região, próximo a São Félix, antes de tornar-se morador de Santa Terezinha, e um dos líderes do movimento de resistência à CODEARA:

Mas eles vieram como peões, mas tudo gente criada com os pais, acostumada a trabalhar também, também posseiro aí por Maranhão, Araguaína, não é?! Quando chegaram, que nós reclamamos a eles, que não era para fazer, roçar a roça de mandioca nossa, lugar de cana, de bananal, dentro de nossas capoeiras, não precisava roçar, não é, então, eles também aquietaram, não é, não foram fazer o serviço que eles também compreendiam um pouco (...) e acharam que aquilo era errado mesmo (Cícero, posseiro).

O padre Francisco também, de um ponto de vista diferente, relativizava a ameaça da empresa, desqualificando a sugestão de unanimidade entre os peões acerca do direito ou

legitimidade da empresa de implementar o serviço de derrubada nas áreas ocupadas pelos posseiros:

Os trabalhadores da Companhia, em grande proporção (150 de um total de 400 homens), fugiram ou fizeram greves e continuam fazendo. Então, a Companhia se utilizou dos homens mais atrevidos para entrar entre as roças dos posseiros e completar o cerco das ditas roças para queimar tudo depois. (...) Boa parte dos trabalhadores trazidos pela Companhia logo perceberam a manobra de que iam ser instrumento e se rebelaram contra o gerente.. (Relatório do padre Francisco Jentel, 30 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Não podendo contar com a unanimidade dos peões para cumprir seus propósitos, o gerente recorria à polícia e a alguns entre os trabalhadores que conseguia recrutar e armar para exercer pressão sobre os posseiros. De qualquer modo, a situação, nestes meses de derrubada, era muito tensa. A empresa, dizendo suas as terras, procurava impedir que os posseiros derrubassem qualquer pedaço de mata, sob alegação de que eles deveriam ser deslocados para um núcleo de colonização em local a ser determinado; queria impedir a todo custo que eles ampliassem suas benfeitorias no sentido também de diminuir possíveis obrigações indenizatórias. Além disso, precisava tanto quanto os próprios posseiros de ampliar ela mesma suas benfeitorias, para do mesmo modo que os posseiros ter fonte legal de comprovação de investimentos sobre as terras. Para impedir desmatamentos por parte dos posseiros, a empresa colocava homens seus, armados, em serviço de permanente vigilância. Ao gerente cabia o comando dessa vigilância, como representante máximo de empresa a nível local, responsável e subordinado, merecedor de crédito ou não da diretoria, conforme sua capacidade de vencer a resistência dos posseiros com o mínimo de desgaste para a empresa cujos proprietários a dirigiam à distância. Parece que o primeiro gerente foi escolhido para o cargo de acordo com um curriculum que o abonava como experiente em tarefas desse tipo, seja pelo que ele próprio invocava no diálogo anteriormente reproduzido com um dos posseiros, seja pelo que acerca de seu desempenho, em outras empresas da região, dizia um relatório do padre:

A Companhia (diz que) não quer expulsar os posseiros, mas contrata como gerente o sr. Domingos Rubião conhecido na região como `especialista' na expulsão de posseiros, já tendo atuado com êxito na Companhia SUIÁ-MISSÚ, a 80 km a oeste de São Félix, expulsando 80 famílias de posseiros, que somente retornaram às suas terras com a intervenção do presidente Castelo Branco, devido a um abaixo-assinado dessas famílias (Carta do padre Francisco Jentel ao Presidente da República, Gen. Arthur da Costa e Silva, 8 de setembro de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O fato é que, por ocasião das derrubadas, os posseiros tiveram de, pela primeira vez, se dirigir coletivamente aos trabalhadores da empresa, dentro da mata, com o intuito de

dissuadi-los de realizar as tarefas ordenadas. Os relatórios falam em "choque", mas apesar da tensão evidente, quem resistia aos argumentos dos posseiros não eram os peões e sim os empreiteiros que comandavam as turmas de trabalhadores e, mais que os empreiteiros, os gerentes, estes sim mais comprometidos com os objetivos da empresa. Não quer dizer que não fosse possível à empresa recrutar entre os peões um ou outro que se dispusesse a se armar e a se juntar a força policial para pressionar os posseiros sob as ordens do gerente.

Agora, o interessante era isso: peão que a gente era acostumado a ver pegado na foice, quando era nesses dias estava pegado no fuzilão, no meio da polícia, todo fortão (Pedro, posseiro).

A primeira turma já entrou em choque com os posseiros que se reuniram e procuraram dissuadi-los de prestar mão forte à Companhia (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

A situação ia num crescendo de tensão e, apesar de seu curriculum, o primeiro gerente não conseguiu contornar a disputa em proveito da empresa, sendo, pois, substituído. Por várias vezes, neste período, Santa Terezinha esteve a ponto de assistir a um confronto armado entre os posseiros, a polícia e a força armada da empresa. Foi neste contexto que as autoridades municipais, às quais recorriam ora os representantes dos posseiros, ora os da empresa, sentindo se pressionadas e incapazes de solucionar o conflito, tiveram que intervir para neutralizar, momentaneamente, as ações de uns e outros para evitar o confronto que parecia iminente. No dia primeiro de julho de 1967, foi publicado um edital suspendendo as derrubadas:

... ficam suspensas as derrubadas de matas na zona vizinha ao povoado, não só por parte da CODEARA, como também pelos posseiros, até segunda ordem emanada de autoridade superior; ... o Destacamento Policial local, auxiliado pelos policiais da Sede, fica autorizado a cumprir as determinações deste mandato, evitando assim possíveis atritos entre posseiros e a CODEARA... em face das reações de grande número de posseiros sediados nas vizinhanças do povoado de Santa Terezinha... , a ponto de pegarem em armas na defesa de seus legítimos direitos de posse. . . (Edital da Prefeitura de Luciara, 1 de junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Na verdade, as autoridades municipais oscilaram durante todo o desenrolar do conflito entre a força eleitoral do povoado de Santa Terezinha, o mais populoso do município, o poder de convencimento do padre como representante dos posseiros e o poderio econômico e as alianças políticas da empresa a nível extra-regional. No caso da área rural, os motivos dessa oscilação não são tão claros porque a questão escapava à competência do poder municipal, já que estava afeta a órgãos nacionais como o INCRA. A fragilidade do poder municipal ficou mais clara no caso da disputa em torno da área urbana como posteriormente se verá.

Mas a avaliação constante do edital sobre a disposição dos posseiros de, nesta fase do conflito, enfrentar pelas armas os representantes da empresa é reforçada pelos depoimentos

dos próprios posseiros que às vezes reivindicavam o mérito de ter contido os companheiros mais aguerridos; e outras vezes atribuíam ao padre a iniciativa de desviá-los, coletivamente, do intento de um confronto:

Ele era um bom companheiro, ele era agitado ... Quando ele ficava sem paciência, por ele nós resolvíamos logo, nós matávamos, nós morríamos... Então, eu sempre tinha atenção a ele, e falava para ele: `Não é assim, a gente tem que ter calma; não pode ser violento assim não. Nós temos que ser violentos no último caso. Nós não estamos guerreando, nós não estamos fazendo briga para ser bonito, nós estamos fazendo uma defesa nossa e de muitas pessoas que vão nos agradecer (Eloy, posseiro).

Se não fosse o padre, naquela época, nós já tínhamos resolvido isso. Não precisava muita gente não, só uns oito dava para nós resolvermos (Cícero, posseiro).

O próprio padre, por sua vez, reivindicava esta atitude de inibir o uso da força por parte dos posseiros:

Todos os meus esforços têm sido para preservar meus paroquianos afastados da violência. Como cristãos, eles devem guardar seu coração aberto para a caridade universal. É preciso tanto paciência quanto firmeza (Carta do padre Francisco Jentel, 18 de maio de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

... somente minhas tentativas junto aos órgãos governamentais no sentido de obter uma solução tem evitado que recorram à violência" (Relatório do padre Francisco Jentel, sem data; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Ao mesmo tempo que comunicava sua disposição de conter a reação violenta dos posseiros, Jentel sabia que nessa violência contida e na sua ascendência sobre os posseiros residia seu trunfo nas negociações com o Estado, em defesa das reivindicações que assumia como porta-voz dos mesmos e como mediador entre eles, o governo e a empresa:

Os posseiros esperam com muita ansiedade a intervenção do governo. Receiam que seu silêncio seja interpretado como uma autorização aos posseiros desesperados para que resolvam o caso por conta própria. Será o início das violências. As conseqüências disso ninguém poderá prever" (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Toda esta impressão de conflito iminente, comunicado às autoridades, ora pela empresa, ora pelo representante dos posseiros, fez com que encarregados dos órgãos de segurança das Forças Armadas, e logo em seguida, um delegado da Delegacia Regional de Segurança Pública do Estado se deslocassem para Santa Terezinha: os primeiros para interrogar o padre e o segundo para realizar uma sindicância no povoado com investigações de ambos os lados:

De repente, a tranqüilidade do céu da Aldeia Tapirapé foi quebrada pela passagem em vôo razante de dois caças bombardeiros. Era o dia 13 de julho de 1967. Metralhadora em punho, um sargento foi encarregado de tomar conta dos aviões estacionados. Os índios aterrorizados fugiram. E começou imediatamente um interrogatório em regra, dirigido por um oficial das

Forças Armadas, enviado pela Polícia Política e pela Segurança Nacional. Eu havia sido denunciado ao Ministério do Interior, ao Ministério da Justiça e a todos os serviços oficiais do governo de Cuiabá, Brasília, Rio e São Paulo (Carta do padre Francisco Jentel a seus parentes e amigos na França, 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

A sindicância do Delegado Regional em Santa Terezinha durou dez dias e dela resultou uma portaria cujo texto deixa clara a dificuldade de resolver a questão a nível normativo e policial, porque, evidentemente, a solução só poderia ser dada a nível político, com a interferência das instâncias superiores do aparelho do Estado. De fato, a referida portaria, elaborada a partir de audiências com os diversos agentes de ambos os lados da disputa, resultou ser um obsessivo ensaio normativo de regras fundadas nos códigos legais tentando regulamentar as atividades dos representantes e empregados da empresa, por um lado, e dos posseiros e seus aliados por outro. O grau de detalhamento das regras prescritas para as atividades é em si mesmo um atestado da inoperância prática dessa portaria. Veja-se, por exemplo, a regulamentação imposta no que concerne às queimadas, um apenas dos onze itens da portaria, a que se seguem mais de uma dezena de considerações legais, e que tem o objetivo de impedir que com as queimadas o fogo colocado por uns se alastrasse sobre as áreas reivindicadas e as benfeitorias do outro:

... os posseiros deverão fazer, com o auxílio do maior número possível de trabalhadores da Companhia, aceiros entre o perímetro de suas roças e as zonas desmatadas, devendo as áreas contidas nesse raio, serem queimadas em primeiro plano (em datas anteriores à queimada das matas), cujo fogo deverá ser ateado ao anoitecer partindo de duas frentes, iniciando uma do lado das plantações e, a outra, do lado das matas derrubadas, para encontrarem-se no centro do citado raio; (...) Referidas queimadas somente poderão realizar-se com a presença e fiscalização dos militares que integram o Sub-Destacamento Policial de Santa Terezinha, ou outros legalmente designados, em número de dois para cada trecho que for queimado, os quais deverão postar-se em lados opostos, um junto à linha de fogo iniciada pelos posseiros, e o outro, junto à linha da Empresa. Cada um desses policiais ficará na obrigação de fiscalizar o desenrolar desse trabalho e, com a maior atenção e cuidado, a vigilância sobre os elementos que lhe forem indicados como responsáveis pelo desenvolvimento dessas operações, prevenindo assim qualquer ato de sabotagem que poderá lesar o interesse de qualquer das partes ou gerar atritos, desentendimentos ou contendas (Portaria assinada pelo Delegado Regional de Polícia, Luciara, 3 de agosto de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Se esse item era tão complicado, ambíguo e inoperante com relação a seus resultados, outros eram sem dúvida desfavoráveis aos posseiros:

A Companhia não poderá derrubar ou roçar qualquer local que esteja sendo trabalhado pelos posseiros, enquanto que esses, por sua vez, não poderão ultrapassar um milímetro sequer das zonas realmente beneficiadas, ou preparadas para o plantio, ou com sinais evidentes de uso contínuo e permanente (grifos meus).

Ora, é característico da forma de cultivo dos pequenos produtores o uso de terra nova

para a roça de cada ano, sendo a área já utilizada reaproveitada somente quando de novo a mata cresce. Neste sentido, pela portaria, os posseiros não poderiam derrubar uma parcela de mata para fazer a roça nova que afinal é de onde eles tiram o substancialmente necessário para a manutenção da família no ano seguinte. De fato, como se verá, os posseiros foram impedidos de botar roças neste ano de 1967.

Outro item também prejudicial aos posseiros referia-se ao porte de armas, pois a portaria proibia:

... indistintamente, o trânsito ou uso de armas brancas ou de fogo, em todo o território onde se localiza o povoado de Santa Terezinha.

O problema é que, em primeiro lugar, o que é chamado "arma branca" são facões, instrumentos de trabalho dos posseiros e, a pretexto de serem armas, tanto os facões quanto as espingardas de caça poderiam ser recolhidos. Claro que, nos momentos de confronto, instrumentos de trabalho e caça viraram armas de defesa e de ataque. Retirá-los era uma forma de expropriação dos posseiros face à exigüidade de seus recursos. Por outro lado, e uma vez que a polícia esteve sempre sob o domínio da empresa, desarmavam-se os posseiros mas a companhia continuava a dispor de homens armados. O desarmamento da população, com a expropriação de seus instrumentos de caça e trabalho foi uma das formas pelas quais a repressão atuou nos conflitos ocorridos, posteriormente, em todos os povoados da área, em momentos críticos da luta. Em Santa Terezinha, entretanto, não se deu ainda nesta ocasião e só foi ocorrer em 1972, depois do episódio conhecido como "a briga do ambulatório".

Assim passou, para os posseiros, o tempo das derrubadas, e chegou setembro. Sem terem podido fazer a roça nova no ano de 67, haviam plantado alguma coisa nas capoeiras, ou logrado abrir pequenas brechas na mata, longe da vigilância dos fiscais da empresa. Os que moravam mais afastados, cediam um pedaço de terra preparada a companheiros mais visados. Foi nesse tempo que começou a disputa em torno da propriedade de Joaquim da Mata, que durou até janeiro de 1968.

4. A propriedade de Joaquim e a luta pela preservação da mata

Os pequenos produtores de Santa Terezinha que moravam no sertão costumavam se referir à sua condição como distinta da condição daqueles moradores que, embora tivessem suas roças no sertão, moravam em casas na vila. Mata e rua formavam o par dicotômico utilizado neste contexto e seus termos adquiriam, então, conteúdos especiais: a mata sendo o lugar do trabalho duro, da falta de recursos que amenizassem a existência, da proximidade com a natureza, com os animais, e no passado, da convivência com a ameaça representada pela possibilidade de ataque dos índios e das doenças características que se opunham à

percepção das condições de vida na rua.⁹ Veremos mais adiante que tal concepção acerca dos dois espaços coincidem de certo modo com a percepção dos posseiros da mata a respeito da participação diferenciada dos moradores do sertão e da vila, no conflito.

Como já foi dito, o nome de Joaquim da Mata servia para designar um dos núcleos de posseiros que cumpriram um papel importante durante o conflito. O nome "da Mata" era descritivo e atribuído em função da localização da propriedade: ficava bem no começo da mata, logo em seguida à área de cerrado, aguada e coqueiros, na porta do sertão. Ultrapassar a barreira imposta pela morada de Joaquim significava para a empresa dar continuidade à área da qual já se apropriara, efetivamente, com a construção de casas e formação de pastagens. Para os posseiros, seria como minar-lhes a possibilidade de resistência e a garantia de permanecer em Santa Terezinha, pois se lhes fosse retirada aquela área de mata, só lhes restaria deixar-se transladar para outro ponto qualquer, o que era aliás a proposta inicial da empresa. Os posseiros conservariam o direito de uso de suas posses e teriam acesso a uma pequena área para a roça de cada ano até serem transferidos para um "núcleo de colonização":

(...) Serão garantidos aos posseiros o uso de suas posses anteriores ao presente convênio, na base de 2,5 ha para cada família.

(...) Terminado o desmatamento e a queimada, a Companhia entregará a cada família de posseiros rurais 1,5 ha por ano, a partir de 1967, até que o governo e a companhia possam localizá-los no Núcleo de Colonização a ser aprovado, organizado e realizado por intermédio do INDA"¹⁰ (Proposta da CODEARA, 1967, arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Estaria em jogo, na aceitação da proposta, a perda do povoado, de modo que os posseiros, suas lideranças e o padre, seu representante, logo se opuseram à transferência, alegando que perderiam o acesso ao rio, às benfeitorias do povoado, além do que não estavam garantidas nem a localização nem a qualidade das terras para as quais seriam transferidos. Por tudo isto, a investida contra a propriedade de Joaquim teve repercussões que acabaram produzindo a mais forte disposição coletiva de luta dos posseiros na área rural.

A empresa usou de dois pretextos para pressionar a família de Joaquim da Mata. Primeiro, se pôs a retirar madeira na reserva de mata próxima à sua casa, alegando precisar dessa madeira para construção de currais na área vizinha, onde já começara a construir a sede da fazenda:

Isso aí, eles fizeram isso aqui, mas só a fim de amedrontar que era para ver se ele saía. Se nós deixávamos o lugar..., que era para eles tomarem conta ali, daquele lugar. Por causa disso aí eles estavam mandando tirar uma madeira, diz que iam fazer um curral, ali bem na sede. Eles estavam

⁹ O termo rua designava o mesmo espaço físico da vila, mas se referia, fundamentalmente, ao fato de ali se realizarem as atividades pensadas como mais leves - o comércio por exemplo. Neste sentido, se vila se opunha a sertão, rua se opunha à mata, lugar, por excelência, das atividades produtivas realizadas pelos pequenos produtores".

¹⁰ Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola, órgão extinto em 1970.

começando aquele serviço ali na sede, nesse tempo. Agora, o rapaz foi tirar madeira lá encostadinho à casa nossa, bem pertinho assim, na beira daquele capoeirão... , que lá de casa a gente ficava enxergando, assim, as folhas dos paus mexendo lá, quando eles derribavam (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Eles estavam tirando madeira, mas assim, bem pertinho. A gente olhava lá de casa e ficava vendo eles tirarem os paus (Maria, filha de Joaquim da Mata).

Quando os posseiros dizem que era "na beira daquele capoeirão", ou que "a gente olhava lá de casa e ficava vendo eles tirarem os paus", e que era "lá encostadinho à casa", estão afirmando seu domínio sob uma área que não é propriamente uma área já trabalhada, mas uma reserva sobre a qual se julgam com direitos para realização de atividades a serem desenvolvidas e que é próxima à área já beneficiada representada pelo capoeirão, por exemplo. Capoeira é uma área que já foi plantada e que está em pousio e na qual, eventualmente, ainda existe algum produto a ser colhido, geralmente a mandioca que pode ficar na terra de um ano para outro depois de retirados os frutos das plantas de ciclo mais curto. Ora, o capoeirão não tem mais frutos a serem colhidos, necessariamente, mas por outro lado representa um beneficiamento da terra mais antigo porque é uma terra já cultivada em anos anteriores e que já está em pousio há mais tempo, o que implica que poderá, num prazo menor, ser novamente utilizada para plantio de uma roça nova. Dizer que a empresa mandara fazer um serviço próximo ao capoeirão, assim como próximo à "casa nossa", significava dizer que a empresa estava violando o domínio de uma propriedade de acordo com os critérios prescritos por suas próprias regras de domínio e controle sobre a terra e seus recursos. Além do que os posseiros percebiam, tanto quanto a empresa, a importância estratégica da localização da propriedade de Joaquim com relação às demais e ao domínio sobre a área de mata mais próxima à vila. Era setembro, os posseiros desdobravam seu argumento contra a nova investida da empresa no sentido de afirmação dos seus direitos, jogando outros elementos na argumentação.

Nessa época o pai não fez roça porque eles não aceitaram ele fazer derrubada na mata virgem. Ele roçou um capoeirão bem na porta (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

No tendo podido fazer a roça nova na mata virgem, Joaquim tentava aproveitar o capoeirão e, ao mesmo tempo, por já estar indisposto com a empresa, devido às pressões que esta fazia para tirá-lo daquele lugar, deixava a mulher e os filhos cuidando da casa e do plantio feito no capoeirão, indo trabalhar em "pedaços de roça" cedidos por parentes e amigos:

E nessa vez, que ele ficou escondido, teve um cunhado meu que deu um pedaço de roça para ele, outro amigo dele deu outro, então ele ficou lá cuidando da roça, escondido para lá (Rita, mulher de Joaquim da Mata).

Nesta situação, os filhos é que negociavam com os trabalhadores da empresa, sob orientação do pai:

... lá no serviço, (...) meu pai falou para nós: - Olha, quando eles vierem, vocês falam para eles que é para tirar madeira assim mais longe, porque essa madeira aqui de perto, eu vou precisar. Porque eu não fiz roça na mata virgem, agora esse ano, (...) e aí preciso da madeira para cerca. (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

... e tiravam aquelas madeiras de lei (Antônio, genro de Joaquim da Mata).

Aparece, nestas formulações, a disputa não só sobre a mata em si como área de plantio, mas também sobre seus recursos. A madeira utilizada para feitura de casas e um sem-número de outros objetos necessários ao pequeno produtor, é retirada, a cada ano, da mata derrubada para a roça nova, e serve também para a feitura de cercas que impedem o gado e outros tipos de criação de entrarem nas roças. A capoeira e mesmo o capoeirão não têm madeira, daí que o posseiro reivindicasse a madeira da mata próxima, não utilizada naquele ano, alegando inclusive a disponibilidade maior de recursos da empresa para transportar madeira de outros pontos da mata mais distantes:

... eles vieram e nós fomos e falamos para esses peões que estavam tirando madeira. Aí eles falaram que não, que já tinham tirado um bocado de madeira ali, e tal e tal. Mas eu disse: - Não, acontece o seguinte, a fazenda tem carro, tem trator, tem tudo, pode muito bem pegar uma madeira mais fora. (...) Essa aqui, nós não aceitamos tirar (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Mas a empresa não estava disposta a abrir mão dessa possibilidade de colocar uma cunha na resistência dos posseiros: ao mesmo tempo em que os impedia de beneficiar a área próxima da casa, investia ela mesma sobre a reserva de mata disputada. Os peões podiam ceder à argumentação e à pressão dos posseiros mas o gerente voltava à carga com a ajuda da polícia local:

Bastou isso! Não sei nem de que tamanho foi essa mentira que ele contou lá para o gerente da fazenda e para a polícia aí. (...) a polícia chegou lá e prendeu papai e um irmão meu. E só por causa disso! (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Foram as primeiras prisões ocorridas durante o conflito de Santa Terezinha e a indignação foi grande:

Porque, o motivo da fazenda aqui foi começado assim. Logo eu vou contar o que se passou comigo, assim que eu achei que era impossível. Quando eu tinha dezessete anos de idade, eu me vi pegado pela polícia militar aqui em Santa Terezinha, algemado como um criminoso, e retirado de dentro da minha casa, até sem camisa. Uma coisa injusta, sem motivo nenhum, só mesmo para cumprir a paixão da fazenda (José da Mata, filho de Joaquim da Mata).

O Joaquim tinha saído para ver um fogo no mato e voltou com a polícia: - Olha, mulher, vendo algemado, como um criminoso. - Por que assim? - Não sei! O soldado, com o revólver, deu ordem de prisão para o Zé, e tirou a peixeira que ele tinha na cintura. O Zé reclamou que tinha dezessete anos: -

É, devia ser seu irmão, o Luiz, mas ele não está, vai você mesmo (Rita, mulher do Joaquim da Mata).

Prendeu eles quando acabou, chegou ali na sede, encostou lá no barracão dos peões da fazenda, o sargento aí falou: - Agora vocês podem fazer a derribada. É para fazer tudo! Aí o que é certo é que botou ele na cadeia, e esperou que eles fossem fazer aquela derribada. Aí a peãozada entrou na mata. Era uns roçando e era outros derribando, atrás. Que é certo é que fizeram aquele serviço aí, até ali na casa nossa, até alguns serviços nossos, que nós tínhamos ali, eles derribaram ... (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Como a empresa estivesse articulada com a polícia local, desenvolvia-se, desde algum tempo, um tipo de intimidação que se fazia através de prisões sob pretextos os mais diversos: porque um bebeu, porque o outro brigou. Os intuitos da empresa eram registrados pelo padre e pelos posseiros, mas não só por eles. Um agente da polícia federal vindo de Santa Terezinha no final de julho, relatou a seus superiores o clima que se criava:

Em contato mantido com o padre, bem como com 136 agricultores estabelecidos na área, constatamos existir um clima de constante intranqüilidade por parte de todos, face à existência de uma Companhia Colonizadora (CODEARA), que se diz proprietária de toda a zona, num total de mais de cem mil hectares, que por sua vez está efetuando algumas derrubadas de matas, sempre junto às terras ocupadas pelos lavradores, impedindo-os de abrirem novas roças, além de que ali a terra é fraca, não dando para cultura alguma, após dois anos de uso, temem os mesmos, não conseguir colher o suficiente para o sustento da família, que de modo geral é numerosa dentre os lavradores. Apenam assim, para que seja encontrada uma solução para este angustiante problema criado com a presença da Cia., que mantém sob seu domínio o Sargento encarregado do Posto e dois soldados fortemente armados, que freqüentemente fazem demonstração pública de força, prendendo sob qualquer pretexto qualquer pessoa que não esteja ligada à Cia. e mesmo funcionários da mesma, quando tentam reagir a ordens absurdas ditadas por esta. (...) Em contato mantido com o Sargento encarregado do Posto tive oportunidade de constatar fidelidade incontestável aos interesses da Cia., revelando ódio mortal ao padre, acusando-o de agitador e comunista sem contudo apontar fatos que possam justificar tais acusações, além de dizer que o mesmo impede os entendimentos da Cia. com os agricultores (Do Relatório do Agente Auxiliar de Polícia Federal ao Diretor da Divisão de Operações, 31 de agosto de 1967; cf. Histórico do padre Antônio Canuto, página 11).

O que havia de diferente na prisão de Joaquim da Mata era que, segundo os próprios posseiros, pela primeira vez uma prisão se fazia, explicitamente, em função direta da disputa sobre a terra.

Joaquim e seu filho foram levados presos para Luciara, sede do município, a 150 km de distância. Ao serem liberados foram obrigados a vir a pé até Santa Terezinha, sendo ajudados pelos índios Karajá, que os transportaram de canoa a partir de sua aldeia já próximo à vila. Joaquim já era um homem de idade avançada e isto foi entendido como uma violência praticada pela polícia sob as ordens da empresa. Sua doença e morte ocorridas algum tempo depois foram atribuídas ao fato. Os posseiros guardaram esta imagem de indignação e quando a empresa pôs em prática uma nova forma de pressão sobre a família de Joaquim, havia uma

disposição a mais para juntar-se em torno da defesa de sua propriedade. De fato, na ausência de Joaquim e de seu filho, durante a prisão, os homens da empresa começaram a reclamar contra as criações.

Como já foi dito, os pequenos produtores usavam a cerca em torno das plantações e os animais eram criados soltos. Foi esse o pretexto para a empresa voltar à carga contra a propriedade de Joaquim: como a propriedade confrontava com os pastos da empresa, a criação de pequeno porte não podia ser impedida de invadir os pastos, ultrapassando as cercas da empresa, adequadas somente para a contenção do gado. A solução para a família de Joaquim era cercar seus animais, o que significaria mais investimento do posseiro nas terras das quais a empresa queria apropriar-se, e portanto, maior legitimidade para as reivindicações do antigo morador. Daí que os homens da empresa recusassem esta solução e proibissem a construção da cerca, que entretanto foi construída:

Depois que os dois foram levados para Luciara, e enquanto estavam lá, a Companhia veio reclamar que os porcos estavam estragando o pasto, que não podiam ficar. Eu respondi que o que podia fazer era levantar uma cerca e a Companhia disse que não admitia fazer cerca na terra dela. Eu respondi que não estava querendo fazer cerca no alheio mas no que era meu, no terreno que nós estávamos ocupando (Rita, viúva de Joaquim da Mata).

Eles disseram que os porcos estavam estragando o pasto, então nós não tínhamos outra coisa a fazer, nós fomos fazer aquele quintal ali, que era para nós fecharmos nossa criação ali dentro. Aí, eles foram, proibiram, que não era para fazer. Deram um prazo: que nós esperássemos até o dia dez de dezembro. A gente esperou, venceu esse tempo que a fazenda disse que ia dar andamento, tirar essa terra para esses moradores todos. E o certo é que venceu esse prazo e eles nunca arrumaram nada disso. Aí, nós fomos, fizemos a cerca (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A família de Joaquim não só construiu a cerca, apesar da pressão da empresa, mas a construiu com arame, tornando-a uma benfeitoria mais valiosa que as cercas de madeira o eram. Fizeram-no como uma forma de obter mais garantia de seus direitos sobre a terra nos termos da lei oficial, de acordo com o que lhes fora revelado:

Ele, nessa época, ele estava precisando de fazer essa cerca aqui por causa que essa chácara nossa aqui era cercada de madeira. E aí foi preciso a gente fazer um cercado mais garantido, para poder cercar os cavalos da gente aqui, ou o que fosse, um porco... Aí nós resolvemos fazer de arame, porque a cerca de madeira nem todo animal não fica ali dentro dela.

(...) E é que, já a fazenda estava querendo tomar mesmo, e a pessoa tendo uma benfeitoria assim de mais valor, ela tem mais segurança no lugar. Por isso que a gente resolveu fazer outro serviço de arame (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A reação dos homens da empresa não se fez esperar: com a ajuda da polícia invadiram a propriedade de Joaquim, derrubaram a cerca e inutilizaram o arame:

... eles foram no dia três de dezembro de 1967, eles foram e derrubaram, cortaram o arame todinho. Só não prenderam tudo outra vez nesse dia por causa, deu certo nesse dia, que nós não estávamos em casa. Mas eles foram com a polícia, derrubaram a cerca e voltaram e ficaram perseguindo, sempre entrando lá, e falando que o dia que meu pai chegasse na casa com os filhos dele, que iam prender, (...) que iam bater muito porque era teimoso (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Parece que a prisão de Joaquim e a invasão de sua propriedade, somadas às outras formas de pressão que sobre certos moradores vinham sendo exercidas produziu neste tempo o efeito de amedrontar os posseiros. Entretanto, provocaram também uma reação, traduzida na elaboração de uma consciência coletiva da situação e, mais do que isso, na aproximação de lideranças que iam se forjando:

E o que é certo é que o povo foi se assombrando com aquilo, e correndo e se escondendo para lá. Aí, foram se reunindo. Assim, passou um mês, esse povo com essa luta. Depois eles foram e pensaram: Sabe de uma coisa, nós não temos jeito a fazer. A gente está morando aqui; nós, pelo menos aqui, nunca ninguém soube, ninguém nunca matou, ninguém nunca desonrou ninguém. Eles vivem Jazendo tudo isso. Assim nós não devemos nada a eles, assim nós vamos lá para a casa do Joaquim, vamos esperar. Porque eles falam que o dia que ele chegar na casa, eles vão pegar. Aí foram lá, aí fizeram a cerca (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Uniram-se, então, Joaquim, vítima da invasão e ator da resistência contra o avanço sobre a "mata dos posseiros", e o ator da primeira reação contra a colocação da cerca que fechava o acesso entre a vila e o sertão, vítima, também por isso, da perseguição imposta pela empresa:

Aí o João Cearense, que morava aqui pro sertão, foi lá na rua e estavam fechadas as estradas. Ele cortou o arame. Aí a fazenda soube ... Aí ficou procurando. . . , punha a polícia aí numa caminhonete, saía de inspeção correndo atrás do povo. (...) Eles falavam que iam lá pegar o João Cearense, para prender e bater muito. Aí foi nessa época que o papai tinha saído daqui, que eles queriam pegar ele. Ele estava na casa de uma irmã dele. Aí o João Cearense foi lá e falou com ele: Rapaz, sabe de uma coisa, nós já estamos, eu, escondido, eles querendo te pegar. Agora estão falando que vem me pegar aqui. Nós não matamos ninguém, nós não roubamos ninguém, porque é que nós temos essa razão de estar escondidos? Então nós vamos lá para casa, que nós vamos trabalhar juntos. Se eles aparecerem lá, nós vamos conversar com eles (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Como já foi dito, a propriedade de João Cearense ficava fora das terras pleiteadas pela CODEARA. Convidando Joaquim para trabalhar em sua casa, dava-lhe acesso à roça nova, que Joaquim não pudera plantar aquele ano - partilhar o trabalho era uma forma de resistência. Mas, parece que a intenção de Cearense era dar uma resposta à empresa e organizar o enfrentamento. Acabado o serviço em sua roça, combinou de reconstruírem a cerca de Joaquim juntaram um grande número de homens para a reconstrução da cerca, esperando a reação da empresa. Talvez valha a pena mencionar a associação inevitável entre

essa forma de organizar a resistência e a forma costumeira dos pequenos produtores de organizarem a cooperação no trabalho: um vai à roça do outro ajudar para obter em troca algo de que necessite, ou trocam-se dias de serviço um ajudando o outro a fazer aquilo que um não dá conta de fazer sozinho; de resto a capacidade de convocação para o trabalho em mutirão - Joaquim pela sua ascendência dentro de uma família extensa com muitos homens adultos, João Cearense mais jovem, mas com seu prestígio se afirmando aos poucos com base na sua disposição de luta:

Aí eles foram para lá (na casa de João Cearense), trabalharam uma semana na roça dele lá e não apareceu ninguém. Aí ele disse (João Cearense): '- Sabe de uma coisa, eles não vem aqui não; é porque está muito longe. Eles falaram que vão te pegar se você for para a sua casa, então nós vamos para lá, fazer a cerca toda; já terminamos o serviço meu'. Aí vieram: juntaram lá tudo (muitos homens) ... fizeram a cerca e ficaram de prontidão. Lá cada quem tinha, aquele que tinha uma facãozinho, assegurou; e outro cortava o cassetinho e ficou lá mesmo, porque não tinha para onde ir (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

De acordo com algumas informações chegaram a estar presentes na casa de Joaquim cerca de sessenta homens. A polícia local e os homens da empresa não se dispuseram ao enfrentamento, mas criou-se um clima de guerra com mensagens e ameaças novamente cruzando o povoado nos dois sentidos: os posseiros iam atacar a vila, a polícia ia invadir a propriedade e pegar todo mundo. Esta noção de que os posseiros um dia sairiam do sertão, seu lócus por excelência, para atacar a vila, centro dos poderes públicos e no caso, muito especialmente do poder de empresa, parece ser mais geral em termos de movimentos camponeses. Entretanto, em Santa Terezinha, não foi ainda desta vez que os posseiros se dispuseram a deixar o sertão. Assim, esperaram que os representantes do poder chegassem a eles:

Aí (os posseiros) foram para lá, fizeram a cerca. Aí, a polícia ficou indo lá... repararam, viram o serviço feito, mas diz que falaram aí para o gerente, e de lá o gerente passava rádio para Cuiabá toda hora, pedindo força, contando as maiores mentiras, contando que os posseiros estavam querendo atacar a vila de Santa Terezinha, fazendo tudo isso, o maior incêndio. Mandaram apanhar polícia em Luciara e São Félix, muitas vezes, umas de Barra do Garças. E o certo é que fizeram uma... de três polícias, e todos armados, metralhadora, tudo isso. Agora eles estavam indo lá, diz que para pegar esses homens, todo mundo, diz que iam prender e bater muito (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Os apelos da empresa surtiram efeito e chegou a Santa Terezinha um destacamento da Polícia Federal, chefiado por um coronel ligado também ao INCRA. No princípio foi difícil para o coronel estabelecer contato com os posseiros porque, exatamente, estavam ausentes do povoado as duas pessoas reconhecidas pelos posseiros como seus representantes e julgados capazes de se entender em nome deles com autoridades. Uma dessas pessoas era o padre,

como já tem sido visto; outra era um ex-funcionário da primeira empresa que viera para Santa Terezinha. Tendo essa empresa se retirado, o ex-funcionário se estabeleceu no povoado e acabou tornando-se uma espécie de braço direito do padre. Falarei desse personagem oportunamente. Aqui interessa dizer que nenhum dos representantes dos posseiros estava presente em Santa Terezinha, dificultando logo de início a tarefa do coronel e aumentando a apreensão por parte dos posseiros:

... veio um coronel do Exército aqui. Chegou aqui, nessa época, não tinha uma pessoa que pudesse entender com autoridade e que pudesse arrumar algum negócio, porque os padres não estavam aqui. Ele estava lá pra Brasília. Aconteceu esta época de apertar (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

O coronel teve que dirigir-se a Joaquim, dono da propriedade onde estavam reunidos os posseiros, através de uma mensagem escrita, cujos termos bem denotam a gravidade da situação e a cautela do representante do poder público:

*Sr. Joaquim
Necessito urgente manter conversação a respeito das questões de terras entre posseiros e CODEARA.
Sou funcionário do INCRA e Delegado Federal encarregado de tratar do assunto.
Caso afirmativo e para evitar encontro com a polícia, encontro esse que poderá acarretar mortes de ambas as partes, e como trata-se de pais de família, firmamos os seguintes sinais: levantar os dois braços para cima, caso queira conversar. E em caso contrário, levantar os braços abertos, e neste caso não responsabilizarei por vocês.
Irei só à sua casa (Arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).*

No verso do bilhete, escrito à mão pelo próprio delegado, havia a seguinte anotação:

Foi lançada uma fronha com uma mensagem igual; queira com urgência avisar para tratarmos logo de resolver a questão com humanidade (Arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Quando ocorreu esta troca de mensagens, já era janeiro de 1968, e a conversação tentada pelo delegado só pôde ser concretizada com a chegada de Jentel:

Quando o coronel chegou, logo imediato o padre Francisco chegou aqui. Aí então ele foi lá (...) Quando o padre Francisco chegou esta confusão já estava... aí ele foi conversar com o padre Francisco, para levar ele onde estavam esses homens. Diz que tinha vindo saber que caso foi que aconteceu, porque disse que estavam recebendo mensagem toda hora de Cuiabá, as fazenda mandando pedir polícia, contando que os posseiros estavam atacando aqui a rua de Santa Terezinha. Aí o padre Francisco falou para ele: - Oh, pelo menos, eu cheguei ontem também, quer dizer que esse caso eu não estou nem certo porque que foi esse negócio. Aí ele garantiu, disse que não tinha vindo para fazer mal a ninguém, e disse que não tinha vindo prender ninguém, nem matar e nem nada disso (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Através da mediação do padre, os posseiros se dispuseram a ir até a vila falar com o representante do Estado e depois, trazê-lo até a propriedade de Joaquim para que ele arbitrasse

o caso:

Nessa época é que veio o coronel e o padre conversou com ele e veio dizer para o pessoal ir lá, na rua, conversar. O pessoal estava com medo, mas o padre garantiu que não acontecia nada. Foram lá e, na reunião com o coronel, o Cearense contou tudinho para ele (Antônio, genro do Joaquim da Mata).

A arbitragem do coronel foi favorável aos posseiros, determinando, em grande parte, o rumo dos acontecimentos nos meses que se seguiram naquele ano de 68:

Aí com ele chegar aqui, ele achou muitas pessoas que informaram o caso certo. Aí (os posseiros) foram lá, chegaram lá ele procurou (perguntou) o caso todo como foi que começou, e meu pai foi, contou para ele o caso todinho, levou ele (...) lá na roça, mostrou o roçado que tinha feito lá, que não queimou, mostrou a cerca que eles tinham vindo e derribado, passaram o trator, derribaram e cortaram o arame, mostrou tudo isso. Aí procurou (perguntou) ele, o que ele achava de uma coisa daquela. Ele disse: - Não, foi errado. Eles não podiam fazer uma coisa dessa, porque se fosse caso que você tivesse cercado terra devoluta, estava certo, eles podiam proibir porque você ainda não sabe onde é que vai ficar a sua posse certa. Mas você cercado só o serviço seu, eles não podiam fazer uma coisa dessa! Aí, ele deu ordem, disse que ele podia continuar com o serviço dele, fechar o quintal dele novamente, ninguém ia aborrecer ele mais. Aí ele tomou a sério de novo o serviço. Foi feita a cerca, aí ficou bom. Passou um ano até bem; a gente já pode fazer uma roça boa nesse ano, mas (...) de tempo em tempo eles formavam uma coisa (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A forma como foi solucionado o confronto da empresa com os posseiros em torno da propriedade de Joaquim da Mata, o coronel autorizando-o a manter suas benfeitorias, foi o prenúncio de um ano mais tranqüilo, com os posseiros podendo fazer suas roças anuais. Entretanto, talvez pelo menos dois outros fatos devessem ser considerados como interferindo no sentido desta modificação que beneficiou, momentaneamente, os posseiros. O primeiro foi que, no final de 67, o então Presidente Costa e Silva havia assinado um parecer favorável à desapropriação da área, encaminhando, neste sentido, ao Ministério da Agricultura e este ao INCRA para "tomar providências". Esta resolução, que poderia ter-se tornado letra morta, como tantos decretos de desapropriação havidos em outras circunstâncias e outras áreas, foi explorada insistentemente pelo padre Jentel. Por exemplo, logo no início de 68 chegou a Santa Terezinha uma comissão do IBRA¹¹, que, para dar cumprimento ao despacho presidencial, fez o cadastramento de 109 posseiros, mas em vez de encaminhar no sentido da desapropriação, encaminhou de acordo com o projeto da empresa, de constituição de um núcleo de colonização, para onde os posseiros seriam transferidos. Respaldo pelo decreto presidencial, o padre recusou a solução em nome e como representante dos posseiros. Em seguida, veio uma nova comissão para fazer demarcação da área a ser destinada aos posseiros - fez-se uma reunião de consulta aos moradores e todos recusaram a remoção, em presença

das autoridades, ficando acertado que haveria transferências de posseiros somente no sentido de concentrarem-se os que estavam dispersos nas áreas não ocupadas em torno dos núcleos já existentes.

As derrubadas, então, puderam ser feitas em 68 e voltarei a falar sobre isto mais adiante para examinar a forma pela qual os posseiros trabalharam nestas derrubadas visando garantir a ocupação das áreas de mata por eles privilegiadas.

Além do decreto presidencial de desapropriação tenho, no entanto, a impressão de que outra circunstância, ao nível do aparelho do Estado, favoreceu os posseiros naquele ano de 1968, pelo menos no que dizia respeito à área rural. De fato, no final de 67, houve substituição do Secretário de Segurança de Mato Grosso: o anterior havia se distinguido em confrontos havidos antes pela parcialidade com que encaminhava as soluções em benefício da empresa. Conta o histórico do padre Antônio Canuto que:

... duas comissões vêm a Santa Terezinha examinar de perto o novo foco. Um tenente da Polícia Militar do Estado..., enviado pelo Secretário de Segurança..., e elementos do Serviço de Informação da Aeronáutica de Brasília. Ambos os inquéritos apuram a inexistência de quaisquer ligações com atividades comunistas (Histórico do padre Antônio Canuto, página 6).

O relatório enviado ao então Secretário de Segurança "descreve as agressões da Companhia", mas o referido secretário "faz desaparecer o relatório e ainda tenta apoderar-se de possíveis cópias que pudessem existir" (idem). Ora, a atitude do novo secretário que interferiu no caso da resistência organizada pelos posseiros para defenderem a propriedade de Joaquim da Mata, como se viu anteriormente, foi completamente diferente. Aqui se pode acrescentar o que consta ainda do histórico construído pelo padre Antônio Canuto:

... logo depois é o próprio secretário de Segurança Pública, que vem com um destacamento policial reforçado. Os rumores e boatos que a Companhia espalha é de que a mata será invadida, os posseiros presos. Outras vezes promete-se um ataque aberto, com bombas. Fiscais da Companhia andavam por todos os lados, em rígido controle dos movimentos do povo de Santa Terezinha. (...) O sr. Secretário, porém, viu uma situação diferente (Histórico do padre Antônio Canuto, página 6).

Em vez de fortalecer a cumplicidade da força policial com os interesses da empresa, o novo secretário ilegitimou esta atitude substituindo o destacamento policial da área e desautorizando a força de repressão organizada pela própria empresa, que armava "fiscais" a pretexto de garantir seus direitos. A própria empresa, no entanto, vendo frustradas suas esperanças na atuação do segundo gerente¹² o demitiu. A destituição de seus inimigos imediatos, sem dúvida, representava um elemento importante no fortalecimento do animo de resistência dos posseiros, mas o clima de expectativa era grande e foi nesta situação, com

¹¹ Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, órgão extinto em 1970, com a criação do INCRA.

denúncias de guerrilha pairando no ar¹³, que correu o boato de prisão do padre Francisco Dentel, mobilizando inclusive os bispos a ele mais estreitamente ligados:

... Tido como preso, em lugar incerto, pelos seus superiores hierárquicos, conforme o telegrama de protesto enviado ao Ministro da justiça pelos bispos goianos D. Fernando Gomes dos Santos e D. Tomás Balduino, o padre Francisco Jentel apareceu ontem em Goiânia para esclarecer... (Jornal última Hora, Goiânia, 9 de fevereiro de 1968; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Esclarecendo a imprensa, o padre dava, logo em seguida, sua versão acerca da origem dos boatos, que mobilizaram seus próprios superiores:

Sabendo da chegada do chefe de Segurança Pública de Mato Grosso, em Santa Terezinha, o padre foi apresentar seus cumprimentos ao coronel José Menezes..., sentiu o coronel muito preocupado e acabou sabendo que, baseado em informações da CODEARA ao Ministério da Guerra, o coronel estava procurando depósitos de armas vindas da Tcheco Eslováquia. O coronel teve oportunidade imediata de constatar que não se tratava de guerrilhas... Ele se encontrou inclusive com um 'líder da revolta', um roceiro que tinha tido sua cerca derrubada pela Companhia, .., que vivia escondido na mata, com medo de ser preso outra vez pela polícia. Frisou ainda o padre que o homem, sentando na frente do coronel, explicou todo o seu caso e perguntou ao coronel se achava isto justo. O coronel respondeu que não..., que o roceiro tinha direito e dever de plantar e cercar as plantas.

... o coronel muito bom, mas um pouco excitado, começou a falar tão alto que todos os vizinhos pensaram que 'desta vez o padre está preso'. As senhoras começaram a chorar e foram rezar no cemitério vizinho. O boato correu toda a cidade e o Araguaia todo. As pessoas que moravam em Santa Terezinha, amedrontadas, chegaram a pedir socorros em outras cidades, de onde as notícias partiram para o sul do país, preocupando grande número de bispos (Jornal O Popular, Goiânia, 9 de fevereiro de 1968; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O quadro reproduzido pelo jornal, com as tintas carregando sobre o exótico, na versão do padre Francisco Jentel, afirma por um lado a relação de estranheza dos posseiros face às autoridades e, por outro, a força da liderança um tanto sacralizada representada pelo padre. O padre nutre mais uma vez a sua força de mediador na autoridade que tem sobre os posseiros. Autoridade conferida pelo fato de ser padre e principalmente, no âmbito da luta que se travava, pelo seu conhecimento de causa no que se referia ao significado de cada recurso, de cada pedaço de chão que importava à sobrevivência do grupo. Ao longo da luta, na sua andança pelos órgãos públicos, conversas com autoridades e funcionários de todos os

¹² O primeiro gerente havia sido demitido por ocasião das derrubadas no ano anterior

¹³ A relativa proximidade espacial e a coincidência, no tempo, entre o movimento de Santa Terezinha e a presença de forças guerrilheiras no sul do Pará foram influenciando cada vez mais na percepção e nas atitudes das forças de repressão com respeito ao caso de Santa Terezinha embora tratando-se de movimentos com características inteiramente diversas. As denúncias de guerrilha partidas da empresa foram tendo eco cada vez maior, mesmo porque o Araguaia era a principal via de comunicação utilizada pelos membros das organizações guerrilheiras encarregados de estabelecer o contato para fora da Região (ver Portela, 1979). A associação entre os dois movimentos tornou-se mais crítica a partir de 1971.

escalões, não só do Estado, mas também da empresa, ele ia adquirindo um saber acerca dos direitos garantidos pela legislação. Baseado nestas referências, ficava difícil argumentar com ele e convencê-lo a satisfazer-se com qualquer concessão. Até o fim ele iria pleitear, nos menores detalhes, o respeito a tudo que os posseiros pleiteavam, recusando-se a abrir mão do que quer que fosse importante para os seus representantes, em nome de facilitar uma solução do caso. Daí, a irritação a se abater sobre os negociadores que com eles se defrontavam, buscando soluções rápidas, ou favoráveis à empresa.

5. A "roça comunitária" e a proteção da aguada

Apesar do clima de apreensão, o saldo de 67 fora favorável aos posseiros, com respeito à solução dada ao caso depois do episódio em torno da propriedade de Joaquim da Mata. O ano de 68 se anunciava como mais tranqüilo. De acordo com um trato verbal feito com o novo gerente da empresa, diante de uma comissão do IBRA que viera a Santa Terezinha logo no início do ano, os posseiros se puseram a fazer suas derrubadas numa área de mata em torno da qual muitos deles já se concentravam e para onde poderiam ser mais tarde transferidos alguns outros posseiros dispersos. Tratava-se de uma área de mata, próxima do varjão - aguada principal onde pastava o gado no verão, período em que os campos ficavam secos e a vegetação neles rareava. Como já foi dito, o gado e os animais de tropa eram criados soltos, nas áreas consideradas comuns. A ação dos posseiros nesta área de mata próxima ao varjão ficou registrada nos relatórios e na memória dos membros da equipe missionária como "roça comunitária", devido à forma de trabalho coletivo que foi usada nas derrubadas e no plantio que então se fizeram e devido também ao fato de terem sido empregadas, no beneficiamento desta área, recursos obtidos pelo padre Francisco Dentel para nela realizar um projeto coletivo:

... nova equipe do IBRA vem a Santa Terezinha, consulta os moradores sobre se aceitam serem removidos para o futuro Núcleo Jatobá. Ninguém concorda. Escolhe-se então uma área onde de localizam grande números de posseiros e para onde os demais deviram-se deslocar. (...) Um grupo grande mais ou menos 5 alqueires (24ha) (Histórico do padre Antônio Canuto, página 18; grifo meu).

O padre foi lá com um trator que ele trouxe do exterior ... Chegou a plantar, mas não deu bem porque deu muito mato. Hoje, de um lado são os currais da CODEARA, e do outro, da Tapiraguaia (José Carlos, posseiro).

Por parte dos posseiros, a área viria mais tarde a ser referida como "roça da confusão", não em virtude do projeto missionário mas em função das idas e vindas judiciais que dariam ora à empresa, ora aos posseiros a prerrogativa de direitos sobre ela:

... deve ser a que o povo chamou de roça da confusão. Era o lugar que ele (o padre) queria mais. Ali era água corrente e agora a CODEARA represou.

Era por causa da aguada, porque o pessoal que fizesse roça ali tinha lugar onde botar o gado, e tinha água corrente para todo mundo (José Carlos, posseiro).

Os posseiros tratavam, na verdade, de reunir muitos homens no trabalho de garantir uma área, a maior possível, de modo a poder apropriar-se da aguada e localizar-se de forma a barrar o avanço da empresa sobre suas propriedades:

Mas, então, eles empurraram a derrubada daqui para lá, para ir emprensando nós para lá. Aí concordamos. Aí diz (o padre): Atravesse uma roça na frente, ajunta, faça união e junte, e atravesse uma roça na frente da derrubada que eles vão empurrando, senão eles jogam tudo dentro das propriedades de vocês e derrubam até trepar nas propriedades, e lá, a fome acaba com tudo.

- E aí vocês atravessaram uma roça...

- Na frente, para eles toparem na nossa, para não invadir a nossa propriedade. (...) Aí fomos concordar. O padre Francisco fez uma reunião, aí deu esse plano. Aí nós juntamos 16 homens, mas tudo posseiro de lá do mato: Vamos atravessar uma roça aqui na frente. Eles iam derrubando tudo para lá e nós fazíamos uma picada e íamos enfiar o rosto na frente... para eles chegarem e toparem na nossa derrubada (...) (Eloy, posseiro).

Reuniram-se os posseiros cujas propriedades já estavam situadas naquelas imediações e trataram de abrir serviço, o mais que pudessem, garantindo espaço para o desenvolvimento de suas atividades. Diferente da "Mata do Joaquim", quando haviam participado não só os nucleados em torno dele, mas também muitos de outros núcleos, aqui a coisa parecia mais tranqüila, além do que os posseiros de outros núcleos estavam, nesse momento, tratando de ampliar suas próprias áreas de beneficiamento, abrindo as roças novas, depois de um ano em que quase todos haviam ficado sem derrubar.

A tática de fazer uso do trabalho coletivo na defesa de uma área desejada parece ter sido posta em prática mais de uma vez, pois falava-se também na "roça grande" que teria sido realizada em 1970. Neste caso, como no anterior, estava presente a intenção do padre de estimular o trabalho coletivo:

Era para o povo ficar mais acumulado, que naquele tempo não tinha muita gente não, dava de ficar tudo junto. Ia para aquele lado do Ribeirão, da Serra de Areia" (José Carlos, posseiro).

Não tinha ninguém lá; era da CODEARA, mas o padre queria que tivesse lugar para botar o povo, que a medição vinha mesmo, e lá tinha mata boa. É onde está o Vicente, casado com a irmã da mulher de Antônio Grosso. Era uma mata boa. Foi idéia do padre, para ver se dava certo trabalhar de mutirão (Lúcio, posseiro, filho de Joaquim da Mata).

Mas, por que "roça da confusão"? É que a empresa, no caso da área referida, se no primeiro momento admitira abrir mão dela, voltara atrás logo em seguida, tentando avançar com seus trabalhadores sobre a área reservada. Os posseiros, por sua vez, resistiram a esta

investida, colocando homens armados de vigias, enquanto outros se dedicavam ao trabalho.¹⁴ Como a nível local, a empresa não conseguisse reaver a área, resolveu fazê-lo por via judicial e, contratando um advogado com experiência em questões desse tipo, entrou com uma ação de reintegração de posse da qual saiu vencedora:

em agosto do ano passado, os suplicados, sob orientação do padre François Jacques Jentel, invadiram em conjunto e numa mesma gleba, uma área de 5 alqueires nas imediações da sede, promovendo derrubadas e plantações e cerca de arame farpado, praticando ato de esbulho. Após esta invasão... não mais permitiram o trânsito de empregados da suplicante, sobretudo daqueles que estavam trabalhando na zona oeste da área invadida, em serviço de retirada de toras - armados e sob ameaças, os esbulhadores se mantêm na área invadida surpreendendo os empregados e colonos da Cia... (Texto do Mandato de Citação expedido contra os "invasores" pelo juiz da Comarca de Barra do Garças, MT, 14-4-69; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Como representante dos posseiros, o padre Francisco Jentel se dirige ao Presidente do IBRA, argumentando ter sido a área ocupada com o conhecimento do órgão competente e consentimento da empresa, comprometendo assim o gerente e os técnicos do IBRA com a decisão posta em prática:

essas roças foram desbravadas com pleno conhecimento dos técnicos do IBRA e também com o pleno consentimento verbal e explícito do gerente da Companhia, sr. Salomão que chegou a me dizer que 'se fosse posseiro faria o máximo de roça', pois a Companhia, pressionada pelo IBRA, tinha oficialmente desistido de fazer derrubadas nos lugares onde estão reunidos os posseiros, (...), pouco tempo depois os posseiros surpreenderam os trabalhadores da Companhia penetrando entre as roças... e preparando o cerco... Foi nessa oportunidade que o gerente Salomão me declarou que a Cia. não faria mais derrubada naquele local e só tinha feito um alinhamento para a cerca ficar reta. Sendo assim ... (os posseiros) também alinharam suas roças ... para facilitar a construção da cerca, no local que o IBRA já falava em reservar para os posseiros (Carta de Dentel, 14 de junho de 1969; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Nestas alturas, o Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso, que atuara favoravelmente à empresa em 1967, voltara a ser integrado em suas funções. O Juiz de Barra do Garças, por sua vez, expediu ordem de despejo contra os posseiros da área em questão, a qual ele mesmo, acompanhado da força policial, veio executar em meados de 1969:

Os posseiros se atemorizam diante desta nova investida. A empresa, então, dá prosseguimento a seu processo em busca do domínio total sobre a situação: assina um documento de doação da área para assentamento das posses rurais, reservando-se aquela área litigiosa da roça comunitária (Histórico do padre Antônio Canuto, página 28).

¹⁴ Esta prática tem sido usada em muitos dos movimentos de posseiros na Amazônia. Ver, por exemplo, Vieira, 1981.

Pelo ato de doação, aprovado por comissão do IBRA, a área voltava ao domínio dos posseiros. Subtraída, no entanto, a parte da "roça comunitária" que assegurava o acesso à aguada, continuava pendente a questão da pastagem. Nesta ocasião, 410 cabeças de gado e 150 animais de tropa, pertencentes aos posseiros, haviam sido cadastrados. Vez por outra, se misturavam ao gado da empresa que se aproveitava dessas situações para minar a resistência de seus opositores, ora retendo os animais em seus pastos, ora castrando reprodutores:

O plano apresentado pelo IBRA..., não comporta pastagem que mantenha o gado dos posseiros. Esta situação criou novo atrito entre posseiros e Cia., pelo fato de a Cia. CODEARA ter castrado os touros de 5 posseiros, no decorrer do mês em curso. . . . se não for prevista área suficiente para reagrupamento deste gado... novas complicações surgirão... (Carta do padre Francisco Jentel ao Presidente do IBRA, 19 de julho de 1969; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O padre continuaria a luta pela pastagem dirigindo-se à empresa e às autoridades como mediador; os posseiros, a nível local, enfrentariam as retaliações da empresa, pressionando os trabalhadores envolvidos, no caso os vaqueiros. Houve caso de vaqueiros se demitirem por conta dessas pressões, mas esta atitude, favorecedora dos posseiros, não chegou a constituir a norma. Às autoridades chamadas a opinar sobre a questão da pastagem nem sempre escapou a racionalidade da reivindicação dos posseiros, mas a balança acabou pendendo para o lado da empresa: primeiro, pelo poder político e econômico que ela representava, função das prioridades da política de ocupação governamental para a região e, segundo, por não haver no corpo da legislação pertinente, no caso, o Estatuto da Terra, nenhum respaldo legal que contemplasse a forma de domínio do grupo sobre áreas de uso comunal.

De modo que, em 1972, depois da "briga do ambulatório", quando se reuniram em Santa Terezinha, o procurador do INCRA e os representantes das partes envolvidas, a questão foi posta nos seguintes termos: o padre, que na ocasião não era mais Dentel, mas seu substituto, denunciava que a disputa não se resolvia porque a empresa subtraía uma fração da área, que correspondia à aguada; o procurador, apesar de admitir plenamente, e segundo suas próprias palavras, que a atividade pecuária dos posseiros se aniquilaria com a perda da aguada, em virtude inclusive de não terem eles recursos para implementar técnicas que substituíssem as pastagens naturais, acabou compactuando com o argumento do gerente da empresa de que os seus 150 hectares de pasto não poderiam prescindir da aguada. Foi assim consagrado o domínio, sob a forma de propriedade particular, sobre este recurso natural, e privilegiada a atividade econômica em grande escala que a empresa representava. E os posseiros, perdendo a aguada, perderam também muitos deles a possibilidade de criar, principalmente os de menos recursos. Uma das formas pelas quais muito tempo depois expressavam ainda sua posição à CODEARA, era dizer que agora, apesar do muito gado da

empresa, não havia leite nem para as crianças, e uma década depois ainda sustentavam o argumento da ilegitimidade do domínio conferido à empresa sobre a área em questão:

Onde a CODEARA via que era bom, tirava para ela ... escolheu foi o melhor. Fez a sede bem aí, onde a gente vê esses currais, na aguada boa. Essa aí, que o padre Francisco brigou foi para ficar com isso aí. Ela saiu cercando, tomando aqui e acolá, tomou o varjão também. As partes melhores ela tomou.. . A aguada era para ter o pasto para o gado ficar dentro da área dos posseiros. Cada um tinha sua área ali e podia ter sua criação que ia beber na aguada. E foi preciso mudar por causa da briga da CODEARA. Era um lugar rico, era uma riqueza esse vale daí (José Carlos, posseiro).

6. A luta pelo espaço urbano: confronto decisivo

Até agora tratei da luta dos posseiros pela preservação das matas, dos caminhos e da aguada. Tratarei agora da luta pelo espaço urbano do povoado. Veremos que, tendo perdido a possibilidade de garantir o acesso às pastagens naturais na área obtida para localização das propriedades rurais, os posseiros, através de seus representantes, procuraram incluir uma área para criatório na faixa desapropriável para expansão da vila. Antes, porém, tiveram que enfrentar a investida da empresa sobre sua antiga organização do espaço urbano, o que implicava em resistir à destruição dos seus quintais, pomares, casas e chácaras na vila.

Se a luta em torno das matas, das aguadas (espaço rural) e dos caminhos se tornou manifesta em 1967, a luta em torno da área urbana começou em 1968, exatamente no período em que, como vimos, se configurava uma circunstância favorável aos posseiros com relação às suas reivindicações na área rural. O padre Antônio Canuto assim interpreta o início das disputas em torno do espaço urbano:

A área rural começava a ter encaminhamento. A Companhia não se dá por vencida e desfecha novo golpe, desta vez na área urbana. Como compradora, proprietária e dominadora do núcleo urbano, existente há mais de 30 anos, e percebendo que o IBRA se limitaria a resolver o problema rural, elabora um projeto de urbanização, como se em Santa Terezinha nada existisse, fosse terra nua. Conseguir a cumplicidade do Prefeito a quem oferece 10 lotes e forja um abaixo assinado dos moradores pedindo à Câmara a aprovação para a referida planta. Muitos dos que assinaram nem moradores eram e os moradores analfabetos assinaram ludibriados, pensando estarem assinando algo diferente.

Em 18 de novembro de 1968, é assinada a Lei n. 18 que 'Aprova o Registro da Planta da futura cidade de Santa Terezinha...' Na mesma data é assinado o convênio entre a Prefeitura e a CODEARA 'para fins de criação e urbanização da futura cidade de Santa Terezinha'. Vários requisitos legais haviam sido deixados de lado na elaboração da Planta, o que a tornava ilegal (Histórico do padre Antônio Canuto, páginas 18 e 19).

A Comissão do IBRA que viera a Santa Terezinha, em 68, se restringira à tentativa de solucionar a questão das posses rurais, e foi em função deste desengano, que a questão da

área urbana começou a ser negociada pela CODEARA, diretamente com a Prefeitura Municipal. Aprovada a planta proposta pela empresa, o prefeito assumiu a iniciativa de reunir os moradores da vila para efetuar a solução da questão, prevenindo-os de que "a Prefeitura não aceitaria intermediários. Que os que não comparecessem. . . , a não ser por motivo justo, perderiam seus direitos" (Edital de 24-2-69, Histórico do padre Antônio Canuto, página 20). Quando o Prefeito chegou a Santa Terezinha, no dia 10 de março de 69, os posseiros, assistidos por um advogado contratado pela missão religiosa, se recusaram a aceitar a doação de lotes nos termos propostos pela Lei Municipal. Faziam, através do advogado, uma série de exigências entre as quais que as posses urbanas fossem respeitadas, independente do seu tamanho e que o deslocamento somente se justificasse em caso de prejuízo evidente para o traçado das ruas.

Diante da resistência oferecida pelos líderes e representantes dos posseiros, a empresa começou a pressionar os moradores impedindo-os de fazerem melhorias em suas casas e oferecendo-lhes compensações a título de indenizações para se mudarem para outros lotes. A um dos moradores da área urbana foi enviada a seguinte intimação:

Prezado Senhor

Levamos ao conhecimento de V.Sa. que a CODEARA, como legítima proprietária da área de Santa Terezinha,..., não permitirá expansão de posses, especialmente aquelas localizadas dentro das ruas e, como V.Sa. já tem amplo conhecimento, terão prazo até 31 de julho do corrente ano para mudar-se para um lote que lhes será doado em troca da localização que ora ocupam, aliás, no seu caso, já lhe foi destinado o lote n. 1 (hum) da Quadra 30 (trinta) ...

No entanto, chegou ao nosso conhecimento que V.Sa. está iniciando uma ampliação da sua casa e pelo presente, fica avisado que deverá paralisar imediatamente a construção, sob pena de a CODEARA lançar mão de meios que a lei lhe faculta para preservar a integridade de sua propriedade (Datado de 14 de abril de 1969; Histórico do padre Antônio Canuto, página 21).

Claro que, em muitos casos, a ampliação das benfeitorias constituía, por parte dos posseiros urbanos, assim como da área rural, uma tática de aumentar seus direitos e a força de suas reivindicações frente aos órgãos públicos, contra as pretensões da empresa e o próprio padre Francisco Dentel foi alvo de advertência no sentido de suspender a realização de benfeitorias urbanas:

Vimos por meio desta solicitar a V.Sa. retirar a linha elétrica que inadvertidamente foi construída sobre lotes de terreno de propriedade da CODEARA.

V.Sa. dispõe de 8 (oito) dias para efetuar a remoção da linha (Da CODEARA ao padre Francisco Jentel; também datada de 14 de abril de 1969; Histórico do padre Antônio Canuto, página 21).

Se muitos resistiam, acontecia de outros tantos cederem às pressões da empresa, em

virtude de se encontrarem em situações mais vulneráveis, ou de a própria empresa, por alguma razão, exercer sobre eles pressões mais fortes. Havia, por exemplo, uma rua que dava acesso a um dos portos sobre o rio, ponto almejado pela empresa como canal de escoamento e recepção de mercadorias. Sobre os moradores dessa rua as pressões foram de tal modo que a rua foi praticamente eliminada, compensando-se os moradores com pequenas indenizações e lotes em outros pontos. Outra área, também privilegiada pela proximidade de um segundo porto sobre o rio, era ocupada por propriedades antigas, entre as quais se encontravam casas comerciais e famílias de mais recursos.¹⁵ Um dos moradores desse ponto privilegiado era justamente o senhor Edival dos Reis e a ofensiva da empresa não se fez esperar. Em abril de 69...

o gerente Salomão e o agrimensor Marino, com vários outros elementos da Companhia, armados, invadem a propriedade do sr. Edival Pereira dos Reis, líder dos posseiros, destroem as cercas existentes colocando outras em lugar por eles determinado, apesar dos protestos do posseiro (Histórico do padre Antônio Canuto, página 21).

Conta o padre Francisco Jentel que, no momento mesmo em que se dava a invasão, chegou, inesperadamente, a Santa Terezinha uma comissão da Polícia Federal que vinha de Campo Grande por ordem do Ministro da Justiça. Como a comissão, embora perplexa, não tomasse providências, o padre Jentel se deslocou de táxi aéreo até São Félix, por onde andava o Juiz de Direito de Barra do Garças e o trouxe até Santa Terezinha. Só então, o Delegado de Polícia Federal tomou providências no sentido de sustar o ato de invasão.

A questão da área urbana do povoado continuaria, no entanto, ao sabor das pressões e da política a nível municipal; a prefeitura cedendo, ora às pressões da empresa, ora às reivindicações dos posseiros e de seus representantes. Em 1970, por exemplo, um outro prefeito fez votar e aprovar na Câmara Municipal a desapropriação de uma área correspondente a 2.446,83 ha para sede do povoado, medida que correspondia a um acordo feito entre o Prefeito e o padre tanto que, em algum momento, o padre teria se disposto a arcar com o ônus financeiro da desapropriação, já que a Prefeitura alegava não ter recursos para fazê-lo. Na verdade, uma desapropriação de tal proporção poria fim à demanda dos posseiros garantindo-lhes a continuidade espacial entre a vila e o sertão e também o acesso à área de aguada e à pastagem apropriada pela empresa.

Por outro lado, ficariam na área desapropriada as construções da sede da empresa que, como se viu, anteriormente, fora edificada na área livre entre a vila e o sertão. A proposta dos representantes dos posseiros era que se respeitassem as áreas construídas que ficariam sob o domínio da empresa, contidas na área desapropriada e posta a cargo da Prefeitura Municipal

¹⁵ Sobre a distribuição espacial da vila de Santa Terezinha, ver Lizanski, 1980; páginas 53 a 57.

através da criação do distrito de Santa Terezinha. Era uma solução legal, mas inaceitável para a empresa e, de qualquer modo, o padre desistiu de prover a prefeitura com os recursos necessários à execução da desapropriação e, a pretexto de não haver verbas, a lei não foi promulgada.

Os ânimos foram se acirrando ao longo dos anos 70 e 71, exercendo a empresa todo tipo de pressão sobre os moradores da vila:

Uma rua inteira foi destruída, recebendo os proprietários indenizações irrisórias de até 300 cruzeiros, quando qualquer lote era vendido por Cr\$ 1.300,00. Para estas transações servia-se de um intermediário, antigo morador do local, sr. José Bonilha (Histórico do padre Antônio Canuto, página 29).

A título de exemplo, o padre Antônio Canuto continua relatando um dos casos ocorridos:

O sr. Alfredo, casado com Dna. Juvenília, é doente, sendo todos os negócios realizados por sua esposa, que era também a legítima proprietária da posse.

Pois bem, o sr. Bonilha, após ter conseguido executar a transferência de quase todos os moradores daquela rua... investe mais seriamente sobre o sr. Alfredo, não querendo defrontar-se diretamente com Dna. Juvenília, porque era mais firme em suas opiniões. No dia 6 de maio de 1971, o sr. Alfredo é abordado pelo sr. Bonilha que consegue convencê-lo a fazer um acordo com a Companhia... O sr. Alfredo então pediu Cr\$ 6.000,00 de indenização. A CODEARA ofereceu-lhe Cr\$ 600,00 e o sr. Alfredo cedeu em vista de que, segundo o ameaçavam, seria despejado sem qualquer direito. (...) E assim assinou o acordo. E em plena hora do almoço, quando D. Juvenília colocava o almoço para seus filhos, um trator invade a propriedade, derruba as fruteiras, arrasa a horta diante do olhar irado e impotente de d. Juvenília e seus filhos (Histórico do padre Antônio Canuto, páginas 23 e 30).

Outros casos como estes teriam acontecido. Nem mesmo os acordos feitos teriam sido honrados pela empresa. A resistência na vila parecia mais difícil de ser organizada; por outro lado, as autoridades e órgãos governamentais pareciam ainda mais indecisos e omissos com relação à área urbana, favorecendo uma situação de confronto direto: a empresa mandou construir um prédio, o maior da vila, onde funcionaria seu armazém e o fez em desalinho com o arruado das casas considerando-se o traçado original da vila. Por sua vez, a missão religiosa, dona, desde 1968, dos direitos de posse sobre um lote mais ou menos próximo, resolveu transferir para aquele local o funcionamento dos serviços de escola e ambulatório que até então funcionavam no alto do Morro de Areia, lugar de suas primeiras edificações e já muito distante com relação à maioria da população que se expandira pelas áreas planas. Esta construção da missão não se coadunava com o traçado projetado pela planta da empresa.

Os moradores de Santa Terezinha nunca deixaram de mencionar a arbitrariedade que significava, desde seu ponto de vista, a construção do armazém da empresa, rompendo com a organização do espaço por eles já consagrada: diziam que o prédio estava no meio da rua. De

fato, a rua da Palha, que mudava de direção sob a forma de uma curva suave e abaulada, fazia agora, com a edificação do armazém da empresa, uma estranha esquina aos olhos dos posseiros, afastada do antigo traçado. As casas já construídas de antigos moradores ficaram em diagonal em relação ao novo traçado imposto. Entretanto, nada puderam fazer os antigos moradores e a crítica foi a única forma de resistência que se pôde manifestar. Já por parte da empresa, e com relação à construção feita por ordem da missão, a reação foi diversa. Logo que se colocaram os alicerces e se depositaram no lote os materiais para construção, o gerente, capitaneando um grupo armado de empregados da empresa, deixou a sede da CODEARA e deslocou-se para o local, onde fez executar sua ordem de destruir não só os alicerces mas também todo o material armazenado. Isto se deu a 10 de fevereiro de 1972; o padre Jentel estava ausente de Santa Terezinha. Ao saber do ocorrido, foi encontrar-se com o bispo de São Félix para discutir a atitude a tomar. Nestas alturas, a convicção do padre Jentel de que as coisas se poderiam resolver pelas vias legais e institucionais não tinha mais sustentação. Ao que se juntavam a indignação dos membros da missão à afronta que significava este ataque e uma visão de que, uma vez fragilizada a este ponto, a Igreja não mais poderia sustentar o apelo de resistência dos moradores de Santa Terezinha. De volta ao povoado, portanto, padre Jentel reuniu-se com seus liderandos. "Indignados com esta nova agressão, propuseram que se reconstruísse a obra, que eles não permitiriam fosse mais uma vez demolida". Padre Jentel "aceita o oferecimento do povo", mas de qualquer jeito, e fazendo ainda uma concessão ao seu senso legal, "dirige reclamação ao juiz de Direito, fazendo constar que `dada a urgência da referida obra... será reiniciada de imediato" (Histórico do padre Antônio Canuto, página 32). A reclamação foi assinada pelo padre e dez posseiros, sob a alegação de que a obra atenderia a interesses dos moradores do povoado. A partir daí, em Santa Terezinha, as mensagens começaram a correr nos dois sentidos: que os posseiros iam defender a "construção do padre" e que a CODEARA destruiria a construção tantas vezes quantas ela fosse reiniciada.

Pedreiros foram contratados e novo material adquirido. No final de fevereiro, dezenas de posseiros da mata se deslocaram para o povoado e organizaram a defesa do ambulatório, com suas armas de caça, animados pelos membros da equipe pastoral, assistidos pela Cooperativa e pelas famílias dos moradores próximos no que se refere à alimentação necessária nos longos cinco ou seis dias em que ficaram à espera da invasão anunciada pelos representantes da empresa.

Mas, naqueles dias de espera, preparavam-se as forças de ambos os lados, na expectativa do que pudesse acontecer. Os representantes da empresa mobilizavam, a nível local, seus homens de confiança, ao mesmo tempo em que procuravam atrair reforços

externos, denunciando ao Serviço de Segurança do Estado a existência de um depósito de armas escondido atrás do ambulatório em construção. Os posseiros também se organizavam e percebendo que, simplesmente ocultos atrás dos pés de banana nos fundos da construção, seriam alvos fáceis dos possíveis invasores, cavaram trincheiras para protegê-los:

- Nós confiamos que eles não vinham mesmo, ficamos atrás das moitas de banana... Quando foi dia de quinta-feira - que eles iam chegar na sexta, como chegaram - eu fui e falei para a turma: - Minha gente, nós estamos todos mortos em pé, sem saber como ... O homem vem e vai nos acabar. O que é que essa moita de banana aqui vai nos guardar?! (...) Vamos todo mundo fazer um buraco e entrar para dentro. Eles falaram: - Como é que nós fazemos esse buraco? Eu falei: - Faz uma valeta no chão, assim, e coloca a terra para frente. E fica todo mundo dentro. (...) Nós estando aqui dentro da valeta, nós poderemos escapar, porque se ele atira de lá, então nós atiramos de cá também, por dentro da terra, que na terra eles não vêem.

- E antes vocês nunca tinham cavado buraco?

- Não, só atrás das matas de banana. (...) E aí cada quem no seu local fazia a sua valeta no chão, jogava a terra para frente. Que eu nunca tinha visto; ouvia falar de outros lugares, mas eu não sabia como fazia. Só que nesse dia me veio aquela idéia. Num instante, todo mundo fez e foi a nossa salvaguarda! (...) E aí quando vieram, que baixaram fogo, então... graças a Deus, fomos felizes, porque as balas passavam roçando, em cima (Eloy, posseiro).

Mas nem todos se postaram atrás das trincheiras, do bananal. Na suposição de os policiais e homens da empresa poderem vir por dois caminhos, um que dava nos fundos do bananal, atrás da construção, outro que pegava a construção pela frente da rua, eles se dispuseram em quatro posições, de modo a não serem surpreendidos:

Então, tinha uma descida aqui que eles vinham também. Então nós ficamos de lá, uns aqui dentro da casa, uns no tambor, outros no bananal, e ficaram outros de costas, daqui, guardando as costas dos outros que estavam lá, para os que viessem daqui de cima. Porque nós ficamos com medo de eles atacarem de lá e atacarem daqui (Eloy, posseiro).

Além de posicionarem os homens preventivamente contra um ataque menos provável pela retaguarda, os posseiros também dispuseram seus homens de acordo com o prestígio militar atribuído a alguns, naquele momento:

- Disseram que tinha uns tambores...

- Tinha. O João Cearense e o Cícero estavam atrás dos tambores. (...) Estavam assim ... meio de frente, mais descobertos... Mas os outros estavam localizados (Eloy, posseiro).

Parece ter sido a função desses dois a de apagar o ataque mais provável e incutir confiança nos demais. Entretanto, algumas espingardas eram velhas, armas de caça da rotina de sobrevivência dos posseiros. Entre os líderes havia pelo menos um plenamente confiável e uma função que, de acordo com todas as versões, foi bem desempenhada:

- De quem foi a espingarda que falhou? Teve um que a espingarda falhou; de quem foi? Foi a do João Cearense? - Não, a do João Cearense não falhou não. O dele era um 38. Ele atirou ... foi ele que atirou para dar coragem nos outros (Eloy, posseiro).

Eu só via ele pulando, feito um tição, chegava ficava azul, com as balas riscando o corpo dele (Cícero, posseiro).

- E foi muita bala?

- Foi muita bala, foi muito tiro. - E vocês não ficaram com medo?

- É, nós ficamos com medo, passamos medo, sabe (ri). É que nunca... quando a pessoa vê aquelas instruções e luta, não é..., mas não tinha um homem desses que dissesse: eu já briguei em algum lugar'. Nem um só. E se achar dentro de um tiroteio daqueles, tem medo, não tem?

- É para ter medo, o certo é ter medo ...

- É. E então dentro do medo, tem que vir a coragem, não é?! Porque depois de começar aquela explosão, aí volta a coragem, porque aí é obrigado, porque de lá não tem jeito de correr, então, é enfrentar (Eloy, posseiro).

O enfrentamento no ambulatório, ou a defesa "da construção do padre", foi tão marcante que muitos dizem ter sido a coisa mais importante a ter-lhes acontecido na vida. De resto, com relação aos vários episódios de confronto com a empresa, cada posseiro que os contava, fazia-o sempre na primeira pessoa, colocando-se como o centro de uma pequena cena, ampliada em seu discurso, a partir de sua própria ótica do ocorrido. Esta importância atribuída ao enfrentamento contra a grande empresa encarnada em seus prepostos locais se expressava, mesmo muito tempo depois, nas decepções pessoais que vieram a separar antigos companheiros - cada um acusava o outro de ter esmorecido:

O Fulano, junto, ele tinha aquela balela... Mas a gente não confiava muito nele não, porque na hora aí, também (...) ele foi o único que esmoreceu (A falando de B).

Ali é o Fulano, o Beltrano e o Cicrano - todos três esmorecidos: se aperta eles correm, depois manda uma carta para a família vender os trens e ir embora (B falando de A).

Quantos eram os que se postavam em torno da construção para defendê-la, não se sabe ao certo: os posseiros falavam em 30, em 40, a repressão falava em 70, outros, em 60 - dependendo do que cada um quisesse enfatizar. De qualquer modo, nem todos estavam presentes no momento do confronto e alguns se evadiram ao começar o tiroteio:

- Mas muita gente foi embora, desses 44 não estava todo mundo lá, na hora? - Desses 44 parece que no fim, ficaram uns 20 e poucos. Tinha dois que vinham chegando, correram; outros que saíam rolando, também corriam. Na hora, foram uns vinte e poucos que agüentaram o chacoalhar (Eloy, posseiro).

Na hora dos tiros, debandada geral. De um lado tinha 30, ficaram 12. Do outro lado (dos invasores) fugiram todos (Cícero, posseiro).

constatamos que os agressores eram em número de 70 homens (Capitão Edno dos Santos Moreno, PM, "Relatório Reservado"; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha, sem data).

Certo é que, apesar do ir e vir das informações que cruzavam o povoado nos dias precedentes ao tiroteio, nem os representantes da empresa, nem a repressão oficial chegou a

avaliar bem a força da resistência escondida atrás da "construção do padre". Os pequenos aviões da empresa sobrevoavam o local, mas não podiam ver quantos homens se escondiam sob as folhagens. Os posseiros também não tinham idéia do que viria contra eles, nem podiam prever a hora do ataque. No dia três de março de 1972, um posseiro da linha de frente andava pela rua a comprar comida quando foi avisado:

Se apressa que eles vêm aí, e são três carros (Um morador da vila).

Chegando ao local da construção, os policiais e homens da empresa renderam os pedreiros e uma ou outra pessoa que ali se encontrava. Ostensivamente, pediam cordas para amarrar os detidos e ameaçavam matá-los, intimidando os posseiros que estavam em guarda. Para levantar o ânimo de seus companheiros, um dos líderes gritou "fogo", e o primeiro atingido foi exatamente o gerente da empresa. Entre os invasores, outros mais foram atingidos (ao todo, sete pessoas), mas entre os que defendiam a construção ninguém se feriu. A perplexidade e o abatimento dos invasores foram assim expressos:

A nossa situação no local, tornou-se delicadíssima, sem meios de defesa, visto que nos encontrávamos num ponto que não nos oferecia nenhuma segurança, e os emboscadores entrincheirados em local privilegiado; ainda sob jogo cerrado procuramos meios de transportar os feridos... Ao deslocarmos de Santa Terezinha solicitamos ao piloto que sobrevoasse o local da ocorrência onde constatamos que os agressores eram em número de 70 homens, protegidos por barricadas, razão pela qual podemos constatar que o movimento fora planejado minuciosamente por pessoas inteligentes e conhecedoras da ação de guerrilha (Relatório do Capitão Edno dos Santos Moreno, PM, sem data; arquivo de Santa Terezinha).

As forças invasoras da construção eram compostas de "dois capitães, que não estavam fardados, e cinco soldados. O gerente da Companhia trazia consigo dez ou doze capangas armados" (Fragoso: 1984; página 118).

Pegos de surpresa, os atacantes bateram em desarvorada retirada, deixando no local alguns objetos, os veículos da CODEARA que os haviam trazido, e um motorista apavorado - troféus de guerra dos vencedores do embate:

E aí, diz que depois vocês acharam umas coisas que eles deixaram lá, como é que foi?

Não, nós achamos lá as conduções deles que eles não deram conta de carregar... nós furamos os pneus, rasgamos tudo com facão ... Ainda ficou algum lá no banco da caminhoneta... E aí queriam matar ele. Eu falei: - Não, não mata o homem não. O homem gelou, ficou, coitadinho... pedindo por tudo quanto era santo ... que ele não estava brigando, que ele tinha ido enganado. Enganado, como? Como que ele tinha ido enganado se ele era motorista? Só que ele não saiu para brigar. Aí, mata, não mata, eu falei: - Não, não mata, não; deixa o homem ir embora'. Aí, ele sai e corre, mas corre mesmo (ri). Ele correu e eles atiraram no homem, mas não para matar, sabe?! (...)

E os outros fugiram a pé?

Os outros correram a pé. Todos eles, todos, todo mundo. Não tiveram tempo

de apanhar nenhuma condução (Eloy, posseiro).

Num outro veículo abandonado no local, os posseiros encontraram ainda uma arma - "uma automática" - e o relato dos que a encontraram sobre a reação provocada pelo desconhecido objeto é difícil de ser reproduzido na sua devida dimensão: curiosidade, atração e medo. Terminado o confronto, tudo quieto no lugar, os posseiros saíram de suas trincheiras e descobriram a arma largada no banco de um dos veículos. Um foi pegá-la, o outro gritou: "- Não mexe nisso que dispara, e sai tiro para todo lado". Recuaram e voltaram a observar até que um mais determinado a tomou nas mãos. O que fazer com aquilo? "Fica, não fica", resolveram entregá-la aos membros da Missão que posteriormente, parece, a devolveram ao dono ou às autoridades.

O outro achado tinha valor diferente - era a pasta de um dos capitães, e nela se encontravam telegramas ordenando a operação e esclarecendo os móveis da interferência da Polícia do Estado. "Lá estava escrita a condenação de vocês", dizia um posseiro aos representantes da equipe religiosa algum tempo depois. De fato, a força policial havia sido enviada a Santa Terezinha com ordens de investigar a denúncia sobre o suposto depósito de armas, mas já trazia ordem de prisão para várias pessoas entre as quais "gente da missão", e foram estas ordens as apreendidas pelos posseiros como saldo do confronto.

Naturalmente, como depois do ocorrido, estivesse em jogo um processo criminal de julgamento dos envolvidos, as versões de um lado e de outro, procuraram esquivar-se da iniciativa com relação ao tiroteio, deixando nebuloso este ponto. De qualquer modo, vale a pena confrontar o depoimento de um dos moradores, vizinho da construção, com a versão do Capitão encarregado do Inquérito Policial Militar, baseado na exposição dos capitães que participaram da invasão:

Com o conhecimento dos preparativos para a realização de um movimento armado sob a orientação do indiciado (padre Francisco Jentel), e da denúncia de ter o mesmo distribuído armas e munições, já depositados próximo ao local da construção, para lá se deslocaram os Capitães, PM, Delegado Especial e Delegado Regional, já citados, acompanhados de cinco praças, a fim de constatar in loco a veracidade da denúncia. Chegaram em Santa Terezinha no dia 3 do corrente mês, às 17:00 horas, saíram do aeroporto diretamente para o local do litígio, numa camioneta dirigida pelo próprio gerente da CODEARA, sr. José Norberto Silveira. Mais atrás, seguiram, em outra viatura o sr. Nazário Joaquim Cayres, administrador da Fazenda, que estava mais ao par do local objeto da denúncia e várias pessoas, a maioria curiosos e outros com finalidade de fazer compra na vila, todos desarmados, por recomendação expressa dos Delegados. Chegando ao local, o carro que conduzia os policiais e que ia em primeiro lugar, parou em frente à construção, onde se encontrava o construtor Roberto Martins e seus pedreiros, num total de 12 homens, os quais procuraram se afastar do local, saindo em direção oposta à referida construção. Os policiais saltaram rapidamente, correram em direção aos pedreiros e cortando-lhes a fuga e intimando-os a parar. Neste momento, mais atrás

parava o Jeep, e os ocupantes deste veículo, mal começaram a saltar foram surpreendidos pelo tiroteio vindo de vários lugares em redor da construção, atingindo várias pessoas (Histórico do padre Antônio Canuto, páginas 33 e 34).

Sou o vizinho mais próximo das construções do conflito do dia 3 de março de 1972. Minha casa fica a uns 20 metros das construções do lado direito das mesmas, para quem as olha de frente. Eu me encontrava na Ilha do Bananal desde o dia 29 de fevereiro e cheguei à minha casa pelas 3 horas da tarde do mesmo dia 3 de março. Depois de estar um pouco em casa fui ver o andamento das obras. Na hora em que os pedreiros sus penderam o serviço ia-me retirando com eles. Neste momento chegaram 3 carros da CODEARA com 2 capitães e cinco soldados mais um grupo da CODEARA. Quando as viaturas pararam os policiais deram ordem para que todos parássemos e perguntaram pelo responsável. Nós já nos encontrávamos no fim da área da construção, bem perto de casa. O senhor Roberto apresentou-se dizendo ser ele o construtor. Um dos capitães deu ordem para que ninguém se mexesse do lugar e os soldados estavam com armas apontadas para nós. Um dos capitães pediu, então, cordas para nos amarrar. Enquanto isto acontecia, o pessoal da CODEARA invadiu a construção, todos armados com revólveres na mão. Depois que os policiais pediram cordas para nos amarrar, começou o tiroteio entre os posseiros e os funcionários da CODEARA. Diante disto os policiais recuaram para a calçada de minha casa, obrigando-nos a irmos com eles. O primeiro que vi ferido foi o Silveira que, com o braço atingido, ainda parou na porta da construção da escola com revólver na mão procurando ver se localizava algum posseiro. Como não conseguiu ver ninguém, veio sentar-se à minha porta. Ao sentar se é que guardou o revólver. Os policiais gritaram para que cessasse o fogo e para que o pessoal da CODEARA viesse refugiar-se em frente à minha casa. Em frente à minha casa, passaram os homens da CODEARA, todos armados. Conheci o Perciliano que estava ferido e com revólver na mão, Nazário também armado, o guarda noturno também. Os outros não conhecia. O Adi saiu pelo lado oposto ao da minha casa. Quando o tiroteio quase havia terminado os policiais e feridos se retiraram da porta da minha casa usando os pedreiros e outros trabalhadores da obra como reféns (Peça da defesa no processo movido contra o padre Francisco Jentel; Histórico do padre Antônio Canuto, página 33).

Como foi dito, anteriormente, entre os que assumiram a defesa da construção havia, segundo me disseram, apenas dois não posseiros e estes eram dois peões que tinham sido postos a serviço do grupo por um comerciante do povoado. O fato chama a atenção para o tipo de participação dessa categoria de morador do povoado, o comerciante, que nunca assumiria, explicitamente, a posição ao lado dos posseiros e da Missão, mas dava mostras de aliança tácita com eles, em várias ocasiões, durante o conflito, fosse fornecendo munições, fosse passando informações. Claro que este apoio nunca foi unânime por parte da categoria e os posseiros enumeravam entre os comerciantes aqueles nos quais podiam confiar, sem nunca poder contar inteiramente com eles. De resto, sobre a participação do pessoal da vila e do sertão, os posseiros sempre faziam uma distinção mais geral, dizendo que os últimos sustentaram a luta, enquanto os primeiros teriam adjutorado.

Os dois peões postos a serviço dos posseiros desapareceram e não mais se ouviu falar

deles, enquanto que os posseiros mesmos se viram, imediatamente depois do enfrentamento, na contingência de ter que discutir e organizar o enfrentamento face à repressão que necessariamente viria.

Mas, deixando de lado a questão da repressão que se abateu sobre Santa Terezinha, e a forma pela qual os posseiros e seus aliados foram atingidos e reagiram a ela, gostaria de retomar o caráter específico desse confronto na medida em que ele ocorreu no bojo da disputa entre posseiros e empresa em torno do domínio sobre o espaço urbano. Desde o início da colocação do tema ficou indicada a existência de um choque entre duas concepções do espaço urbano: a da vila e a da cidade. A primeira vivenciada pelos posseiros que, durante anos, foram imprimindo suas marcas e sua racionalidade sobre a terra; outra representada pela planta da empresa, encomendada a uma firma de engenharia. A primeira expressão dessa divergência assumiu um caráter radical que só ao longo do processo de luta foi se amenizando. De fato, a empresa propunha de início a transferência dos posseiros para um "núcleo de colonização" a ser por ela organizado. Como a resistência se mostrasse muito forte, ela passou a fazer um loteamento da vila de Santa Terezinha, loteamento que previa para cada morador uma área muito inferior àquela normalmente ocupada por uma propriedade com quintal (para criação de animais de pequeno porte) e fruteiras; além disso, a planta da cidade, construída em função de atendimento às necessidades da empresa e em função das regras de urbanização padronizadas pelos critérios de planejamento estabelecidos à revelia da concepção camponesa do espaço, não se adequava aos padrões locais. Esta divergência ficou claramente expressa na consideração feita pelo representante do INCRA encarregado da solução do caso de Santa Terezinha a nível executivo:

Agora, é evidente que o interesse da Companhia, o interesse da Prefeitura, o interesse dos posseiros é fazer deste arruado desordenado, disto que está aí, uma montoeira de casas, (...), uma cidade com um mínimo de planejamento. (...) O núcleo de uma cidade não pode ser feito assim, desordenado, numa época de planejamento (Procurador do INCRA, na reunião do dia 14 de junho de 1972 em Santa Terezinha; arquivo de Santa Terezinha).

Em parte, a solução dada à questão das posses urbanas representou um ganho para os posseiros, o próprio representante do INCRA fornecendo, na reunião de 14 de junho de 1972, o argumento favorável a esta decisão. Na verdade, como representante de lei, ele formulou uma interpretação do direito de posse escapando ao "rigor da lei ou do conceito jurídico", em função da realidade e da organização dos posseiros no espaço:

- Prefeito: Uma pergunta: um elemento aqui, que está dentro do povoado, é posseiro, dentro do povoado, sendo posseiro na área rural? Mas a condição aqui não é de posseiro, porque ele não pode ter duas posses.

- Dr. Peixoto: Exato. Não, espera aí. Ele pode ter duas posses. Pode. Não deve ter porque no sentido jurídico, como já disse, uma posse é a relação

real entre a pessoa e a coisa e, geralmente, uma posse numa área rural se afirma pela moradia, pelas culturas, por aquilo que é o ambiente de vivência dele. Mas ninguém pode levar o rigor da lei, ou do conceito jurídico ao ponto de negar que alguém que tenha uma roça aqui a 1.500m... não tenha posse desta área porque sua mulher e seus filhos moram aqui por uma questão até de proximidade de escola, ou de atendimento, ou de sociabilidade, ou de incapacidade de viver lá, ou talvez ele tenha tido condição de fazer um barraco aqui e não tinha tido recurso econômico para fazer uma casa lá, na posse (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Por outro lado, como símbolos do reconhecimento das forças em conflito, ficaram as duas construções: aquela "casa mínima, plantada em cima de uma rua, que foi objeto de um tiroteio... uma quina de casa, jogada em cima de uma rua, por pirraça. . ." (palavras do procurador do INCRA) e o armazém da empresa, chamado PLANTA S.A., cravado no largo da rua da Palha, renegado pelos posseiros como marco do novo poder com o qual tiveram que passar a conviver. Na casa, objeto do tiroteio, foi instalada a farmácia, organizada sob a forma de cooperativa de consumo de remédios, com o nome de UNICAS, assistida por uma enfermeira da missão; todos os anos, desde então, o dia 3 de março tem sido lembrado com festas que acabam com uma concentração em frente à farmácia, recontando-se os feitos e homenageando-se os enfrentastes daquela data.

Mas, nem a argumentação favorável do representante do Estado com relação ao direito de posse, nem a conservação da "construção do padre", fora do alinhamento proposto pela empresa, nem a representação de vitória vivida pelos posseiros e seus aliados representam bem o que, na prática, foi decidido, à margem da participação dos posseiros e seus representantes, sobre a área destinada à vila de Santa Terezinha. De fato, por ocasião da reunião de 14 de junho de 1972, os posseiros contavam ainda com o impacto causado pelo tiroteio e foi feito um acordo, mediado pelo procurador geral do INCRA, segundo o qual a CODEARA liberaria a área de 2.446 há à Prefeitura Municipal, de tal modo que, além da titulação dos lotes já ocupados, pudesse a vila expandir-se. A área combinada era importante porque atendia ainda a outras pretensões, não consideradas no acordo, mas fundamentais: a primeira, porque ela resguardava a alguns posseiros a possibilidade de manter a propriedade rural antiga localizada nas imediações da vila (a chácara), complementando o módulo a que tinham direito (100 ha), com um terreno de mata em outro lugar. Assim, para ter acesso à mata não precisariam renunciar, no momento da demarcação, ao trabalho já investido em plantações permanentes e edificações. A segunda, porque dava aos posseiros acesso a uma faixa de terreno úmido propício à criação de gado, e que ficara excluída da área destinada às posses rurais. Entretanto, passado o impacto que favorecia os posseiros no momento da negociação, os diretores da empresa voltaram atrás e rejeitaram o acordo firmado por seu representante. Da primeira vez, o procurador do INCRA, órgão que assumira a posição de

árbitro na disputa, interveio e fez promulgar a lei municipal de 1970, que estipulava os mesmos 2.446 há para a vila, confirmados na reunião de junho. Mas, passados alguns meses, a empresa voltou à carga e, usando de pressões exercidas sobre o prefeito, a quem ficava afeta a questão da área urbana, com a cooperação de autoridades estaduais e federais presentes no acampamento militar das forças de repressão que ocuparam Santa Terezinha depois da "briga do ambulatório", fez firmar um novo acordo pelo qual a lei municipal de 1970 foi revogada, destinando-se agora à vila a área contínua de apenas 250 há! Juntando-se as superfícies cobertas por estradas públicas ligando vila e sertão, perfazia-se uma parcela de mil e tantos hectares; a vila mesmo ficava reduzida aquém de qualquer expectativa e como dizia uma velha posseira, indignada:

Santa Terezinha ficou em cima de um toco! (Rita, viúva de Joaquim da Mata).

Evidentemente, a reconstrução e defesa do ambulatório tinha um caráter mais amplo em termos do que significava nas contas a acertar desde 67 entre os posseiros, seus aliados, e a empresa. A destruição do ambulatório fora um ataque ao padre, mediador e representante dos posseiros, um golpe desferido contra a força que ele representava, não só para os posseiros, mas também para outros segmentos de moradores da vila que viam nos seus empreendimentos, tais como a cooperativa, a usina de beneficiar arroz, as estradas construídas, elementos de valorização e progresso do lugar. Não foi por outra razão que, entre os posseiros que defenderam o ambulatório, havia os dois peões colocados a serviço da defesa por um comerciante local. Por outro lado, para o padre e para os posseiros mesmos, manter a construção de pé, fora do alinhamento proposto pela empresa, era uma forma de contestação da nova ordem espacial e política que se queria implantar na vila, ignorando a organização já existente e boicotando a atividade assistencial da Missão através da qual ela construía também, ao nível não estritamente religioso, seu poder e sua legitimidade. Ambulatório e escola, saúde e educação, atividades às quais se destinava a construção, não poderiam ser esferas de iniciativa mais legitimadoras, dada a ausência do Estado no que se referia a tais funções e dada a relevância que adquiriam aos olhos dos moradores de Santa Terezinha. Todos estes componentes faziam da defesa da construção um ponto de honra, cujo significado extrapolava a questão do espaço físico e remetia à disputa de poder entre os contendores. Neste sentido, a vila foi o locus, por excelência, do desfecho do conflito, através da disputa em torno da "construção do padre".

Este caráter de fato decisivo que a "briga do ambulatório" veio a ter foi em parte resultante da forma pela qual ela repercutiu entre os representantes do aparelho de Estado, já tão abalados com a ameaça de guerrilha envolvendo posseiros e questões de terra na Região.

Mas não se pode negar que pelo menos alguns posseiros já há muito se dispunham a assumir uma iniciativa do gênero, na expectativa de acelerar a solução do impasse:

O que aconteceu em 72, era para ter acontecido em 67; um molhe de cipó tem que ser cortado logo, porque depois que ele cresce fica mais difícil. Naquele tempo, a Companhia não tinha nada e nós tínhamos dois mil sacos de arroz... Tinha gente para fazer isto, mas o padre Francisco sempre segurando. Até que nesse tempo ele falou: - Agora, vou precisar de vocês (Cícero, posseiro).

Foi a "briga do ambulatório" que Maroto, poeta e morador de Santa Terezinha, preso em 1972 e levado para a cadeia de Cuiabá, registrou nos versos que se seguem:

*Era de setenta e dois,
Era de revolução
Do Silveira com os posseiros
E este povo da Missão.
Silveira bateu no peito
Feito um grande valentão,
Quando a taboca rachou
Silveira rolou no chão.
Ele saiu na carreira
E caiu no colônio,
Mexeu com a pobreza
Da Virgem Conceição.
Formaram esta briga
Por causa da construção.
O Silveira é muito rico
Mas é da parte do Cão. (...)
(Versos de Maroto, morador de Santa Terezinha; 1972).*

Da história do conflito entre posseiros e empresa em Santa Terezinha, resulta que, à diferenciação do espaço, correspondia também o caráter diferenciado das táticas de enfrentamento e das bases de legitimação da ação do grupo. Por outro lado, as medidas postas em prática para solucionar o caso, embora reconhecendo o direito às posses individuais nos termos da lei, em dimensões inclusive que escaparam às expectativas dos posseiros e seus representantes, implicaram em alterações profundas quanto à organização do espaço e ao uso dos recursos, com perdas substanciais para os posseiros.

No que se refere ao cercamento dos caminhos, vimos que os enfrentamentos se faziam a partir de ações individuais de corte das cercas da empresa, realizadas por atores individuais, atingidos diretamente em sua liberdade de fazer os percursos costumeiros. As atitudes individuais se transformavam, no entanto, em causa coletiva, na medida em que o grupo assumia a cobertura e a proteção do autor, diante da repressão desencadeada pela empresa. Ao final do conflito, prevaleceu a racionalidade imposta pela empresa e sancionada pelas autoridades, de modo que os muitos caminhos trilhados pelos antigos moradores foram substituídos por algumas poucas vias públicas, às quais os usuários tiveram que se conformar, embora muitas delas os obrigassem a percorrer trajetos bem maiores.

A luta contra as derrubadas indiscriminadas da empresa foi assumida coletivamente e colocou em confronto direto os posseiros e os trabalhadores da empresa, entre os quais os posseiros perceberam os peões como aqueles que se mostraram mais sensíveis à sua argumentação, e que, como grupo, nunca se dispuseram a desafiar lhes a determinação - foram os empreiteiros e, mais incisivamente, o gerente, que eles acusaram de assumir as determinações da empresa contra seus direitos. A luta contra as primeiras derrubadas da empresa se fez não tanto como proteção da mata, e sim em defesa das casas e das plantações que seriam atingidas pelo fogo das queimadas, afetando diretamente a permanência dos posseiros na área. A intervenção do Estado, naquele momento, se fez através da autoridade policial, no sentido normativo de suspender, temporariamente, as atividades de derrubada de ambas as partes e evitando um confronto que parecia iminente.

A luta em torno da propriedade de Joaquim da Mata teve o duplo caráter de afirmar o direito particular de um morador antigo, capaz de mobilizar uma extensa rede de parentesco, compadrio e vizinhança, e manter sob o controle dos posseiros a porta de acesso à mata. A intervenção do Estado, fazendo-se através de uma autoridade policial que também representava o IBRA, favoreceu momentaneamente os posseiros, na medida inclusive em que a este órgão estavam afetas as questões relativas a pequenas propriedades. Esta particularidade do órgão marcou por muito tempo a divergência entre os representantes do Estado, opondo as decisões do IBRA às da SUDAM, órgão que representava os interesses dos grandes proprietários e cuja força política foi crescendo a partir de 69.¹⁶

A luta pela aguada se configurou como a mais difícil de ser travada: sobre aguadas não há benfeitorias que atestem direitos de posse, nem as leis oficiais reconhecem para camponeses, como o fazem no caso de povos indígenas, áreas de controle comunal. A tentativa dos posseiros e seus representantes foi de garantir a aguada, incluindo-a na área global em que seriam assentadas as posses individuais. Os posseiros perderam o controle sobre a aguada, como perderam o controle sobre os campos e todas as áreas que eram reservas de recursos naturais usados pela comunidade como um todo. Coerente com o modelo concentracionista de alocação de todos os tipos de recursos, as reservas naturais foram postas sob o controle da empresa.

Sobre a disputa em torno da área urbana, além do que já foi explicitado acerca do seu significado político, é preciso dizer que só a mobilização para defesa dos direitos do padre foi capaz de fazer com que os "posseiros da mata" se deslocassem para a vila com disposição de enfrentar a polícia e os homens da empresa. Anteriormente, nos momentos de maior tensão,

¹⁶ A SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, foi criada em 1966. Sobre a evolução da política governamental para a ocupação da Amazônia, no sentido do fortalecimento dos interesses legados a este

os adversários chegaram a supor, e denunciar, que os posseiros iriam invadir a vila; entretanto esta possibilidade parecia inteiramente estranha aos posseiros: para os homens da empresa expressava a imagem da ameaça representada por rebeldes incontroláveis, para os próprios posseiros parecia uma acusação sem sentido - de ambos os lados a noção de que a mata e o sertão é que eram o espaço por excelência dos posseiros. Mas a defesa dos direitos do padre, como contrapartida de uma aliança, foi o elemento necessário e suficiente, legitimador da ação coletiva dos "posseiros da mata" no espaço urbano - lugar de outros segmentos sociais, dos poderes constituídos do Estado, mas também do poder da Igreja -; foi no espaço urbano do poder da Igreja como aliada que os posseiros se dispuseram e ousaram exercer sua força. Neste espaço a Igreja, personificada no padre Francisco Jentel, apareceu envolvida também na qualidade de posseira, na medida em que seus direitos e seu poder político e social é que estavam sendo diretamente contestados na objeção à construção do ambulatório. A empresa não logrou obter o monopólio do controle da vila. Reduzida, embora, a dimensões mínimas, a vila se manteve como espaço partilhado e passou a se opor à sede - lugar das casas, oficinas e escritórios da empresa, entre a vila e o sertão.

Certamente, tanto da parte da empresa quanto da parte dos posseiros havia razões suficientes que justificavam a reivindicação sobre a área do povoado - já se falou no acesso ao rio e na existência de benfeitorias - mas havia também razões de ordem simbólica que se podem inferir da situação. De fato, a empresa não aparecia apenas como usurpadora do direitos sobre a terra e demais recursos. Em vários relatórios de representantes da empresa e mesmo de autoridades, a denominação "Fazenda Santa Terezinha", conferida às instalações da empresa, significava a usurpação do nome do lugar que identificava posseiros e Igreja através da Santa padroeira, escolhida pelos primeiros missionários. "Fazenda Santa Terezinha" seria uma denominação síntese do domínio imposto pela nova ordem, vitória sobre Igreja como aliada dos posseiros, feita tabula rasa de sua prioridade no lugar. Os posseiros, por sua vez, transferidos para o "Núcleo de Colonização Jatobá", seriam colonos, perdendo a identidade de posseiros, conferida primeiro pela forma jurídica de relação com a terra de acordo com a definição legal e depois pela solidariedade e comunidade de interesses forjados na luta. Desde o início, foi como se os representantes da empresa suspeitassem da força da categoria posseiro que se ia construindo segundo uma nova ótica. Argumentavam que os iriam dotar de "títulos de propriedade", sem conseguir sensibilizá-los, positivamente, com a promessa. Era como se a ambigüidade da categoria posseiro, pertencente agora a duas ordens classificatórias, permeasse o diálogo dos contendores: ilegitimidade conferida pelo discurso da ordem dominante, como sinônimo de relação precária com a terra e ação de resistência indevida, re-

construída e assumida na autoclassificação dos posseiros como elo de interesses iguais, título de coragem, lealdade e resistência. A dualidade de acepções persistia ainda na etapa de solução dos impasses: a autoridade governamental, discursando por ocasião da distribuição dos primeiros títulos de terra, já em 1972, proclamava que agora os moradores de Santa Terezinha não seriam mais posseiros, e sim proprietários, conforme a lei, enquanto os próprios seguiam autodenominando-se, orgulhosamente, posseiros, numa referência aos valores forjados na luta. Afinal, é preciso que se diga, o povoado ficou sendo Distrito e depois sede do Município de Santa Terezinha; CODEARA foi como ficou sendo chamada a fazenda, com todas as conotações negativas atribuídas à empresa também no processo de luta.

Foi colocado, no início, que a luta dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência. O termo tem sido empregado como referência genérica aos movimentos pelos quais os camponeses expressam sua capacidade de sobrevivência enquanto grupo social face ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Aqui, no entanto, pretendo conferir ao termo um sentido mais restrito, na tentativa de contribuir para a construção de uma classificação dos movimentos camponeses relacionados à terra. Hobsbawn, no artigo anteriormente citado, refere-se a movimentos de "ocupação" ou "invasão" de terras do campesinato peruano, e propõe distingui-los de acordo com os seguintes critérios: situação legal da terra ocupada em termos do sistema legal imperante; das normas legais efetivamente aceitas pelo grupo; dos argumentos acionados pelos atores da ocupação em defesa dos direitos pretendidos sobre a terra em questão. Chega, por esta via, a distinguir três tipos de movimento de ocupação: movimentos de recuperação, de invasão propriamente dita, e de expropriação. No primeiro tipo estariam os casos em que a terra ocupada pertencesse, no passado, aos camponeses e tivesse sido alienada por meios que o grupo não reconhecesse como válidos; a reivindicação, nestes casos, poderia estar fundada na posse de algum documento oficial ou mesmo no testemunho da memória oral do grupo, guardada e transmitida pelos mais velhos. Do segundo tipo, o exemplo mais comum seriam aqueles casos em que a terra ocupada fosse reivindicada, simultaneamente, pelos camponeses e por grandes proprietários, sem que todavia nenhum dos dois pudesse acionar qualquer critério válido do ponto de vista da lei oficial ou das prescrições costumeiras no sentido de legitimar sua reivindicação; nestes casos os atores da ocupação teriam como legitimador de suas pretensões o princípio geral segundo o qual "a terra pertence a quem a cultiva por meio de seu trabalho". O terceiro tipo seriam as ocupações de terras pertencentes de modo inquestionável a "alguém diferente dos invasores", em virtude de critérios ou documentos legais aceitos pelo próprio grupo; seriam os casos mais raros que, segundo Hobsbawn, ocorreriam nos movimentos diretamente influenciados pelo que o autor chama de "modernas ideologias

políticas" (Hobsbawn: 1974; páginas 120 e 121).¹⁷

O que estaria em jogo no caso de Santa Terezinha? Em primeiro lugar, não se trata de um movimento de ocupação ou invasão; em segundo lugar, é evidente que o movimento tem uma base legitimadora fortemente arraigada no grupo. Quais são os itens dessa base de legitimação? Poderíamos pensá-los como sendo três princípios gerais - o trabalho investido, a antigüidade da ocupação, a morada. Entretanto, acresce que estes itens são ao mesmo tempo prescrições legais de acordo com o código oficial brasileiro e, cada um a seu modo, critérios de acesso à terra segundo as normas do próprio grupo.

Tratava-se, portanto, para os camponeses de Santa Terezinha, de fazer pôr em prática, pelo menos no que se refere às posses individuais, as prescrições do código oficial da nova ordem com que se depararam. Neste sentido, o movimento era de fato uma luta legalista e o padre Francisco Jentel representava o papel de um mediador do grupo frente ao Estado nos moldes mesmos das postulações do grupo representado. O ilegalismo estava do lado dos representantes da empresa e também dos representantes do Estado, na medida em que desfavoreciam o cumprimento da lei. Diferente era o caso das reivindicações com relação às áreas comuns para as quais, somente nos critérios prescritos pelas normas de uso camponesas, era possível encontrar respaldo.

O desenvolvimento contraditório da ocupação da Amazônia levou, no entanto, à emergência de tipos de movimento que talvez possam ser classificados, nos termos propostos por Hobsbawn, como de ocupação e recuperação. Vejamos como trabalho, antigüidade e morada se articulam no modelo de percepção da terra construído pelos camponeses de Santa Terezinha, em contraposição ao modelo representado pela nova ordem.

¹⁷ Para uma classificação semelhante ver Martins: 1981.